

viwagua

Empresa de Água e Saneamento
de Guimarães e Vizela, E.I.M. S.A.

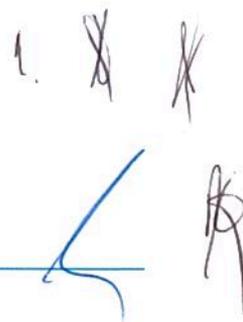
Relatório e Contas

2013

L. 


Índice

Índice.....	1
Mensagem do Presidente	3
Principais Indicadores.....	5
Introdução.....	7
Estrutura Organizacional	8
Órgãos Sociais	8
Estrutura orgânica.....	11
Enquadramento Macroeconómico	12
Internacional.....	12
Nacional	12
Estratégia Empresarial.....	13
A Empresa	13
Enquadramento Setorial.....	15
Missão, Visão e Valores	17
Política da Qualidade, Ambiente e Segurança.....	18
Áreas de Atividade	21
Gestão de Clientes	27
Investimento	34
Recursos Humanos.....	38
Desempenho Económico e Financeiro	45
Perspetivas Futuras	56
Proposta de Aplicação de Resultados.....	58
Considerações Finais	59
Demonstrações financeiras.....	60
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	61
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZAS	62
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2012.....	63
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2013.....	64
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	65
ANEXO À DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA.....	66
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	67



Mensagem do Presidente

Em 2013, por força do término do mandato do Órgão de Gestão da Vimágua, fechou-se um ciclo na atividade da empresa, tendo os objetivos propostos para o mandato de 2009-2013 sido globalmente cumpridos, o que muito orgulha a Vimágua e o seu Conselho de Administração.

A 18 de outubro de 2013, os membros que compõem o Conselho de Administração foram reconduzidos, tendo eu sido, novamente, designado Presidente do Conselho de Administração, cargo que assumo com sentido de responsabilidade e espírito de serviço público.

Por mais quatro anos teremos a incumbência de manter a Vimágua na trajetória de crescimento sustentável que tem vindo a evidenciar ao longo destes anos, pelo que continuaremos a pautar a nossa atuação pelo rigor na gestão dos recursos, nas opções estratégicas e na definição das políticas tarifárias.

Os princípios da universalidade, da continuidade e da qualidade do serviço de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais urbanas continuarão a nortear a ação e o investimento da Vimágua, nos concelhos de Guimarães e de Vizela.

O maior e mais estruturante investimento desenvolvido no ano 2013 e com maior impacte para o futuro foi a concretização do projeto de ampliação e remodelação da Estação de Tratamento de Água de St.ª Eufémia de Prazins, na medida em que nos dotámos das condições técnicas e tecnológicas necessárias à prestação de um serviço público de abastecimento de água de excelência.

O desempenho económico e financeiro da Vimágua que ora se apresenta evidencia, não obstante o elevado volume de investimento, um resultado operacional de 1.757.423 Euros e um resultado líquido do exercício de 406.861 Euros.

Pelo apuramento do exercício serão pagos a título de contrapartida 1.115.279 Euros, dos quais 1.003.751 Euros serão para o Município de Guimarães e 111.528 Euros para o Município de Vizela.

A robustez económica e financeira da empresa é atestada pelos vários indicadores económicos, como o grau de Autonomia Financeira de 33% e pela Rentabilidade positiva do Capital Empregue (2,1%).

A Vimágua é uma empresa dinâmica, moderna e sustentável, ao serviço dos consumidores e do desenvolvimento do tecido económico de Guimarães e Vizela.

Um bem-haja a todos!

O Presidente do Conselho de Administração



Armindo Costa e Silva

Principais Indicadores

PRINCIPAIS INDICADORES	2011	2012	2013
BALANÇO			
CAPITAL REALIZADO	500.000	500.000	500.000
CAPITAL PRÓPRIO	21.342.371	19.394.570	19.329.577
PASSIVO	42.161.515	40.458.675	38.936.462
ATIVO	63.503.886	59.853.245	58.266.039
CAPITAL PRÓPRIO / ATIVO, %	33,61%	32,40%	33,17%
INVESTIMENTO	1.584.260	3.076.085	3.639.552
RENTABILIDADE DO CAPITAL PRÓPRIO, % ¹	2,81%	2,86%	2,10%
RENTABILIDADE DO ATIVO, % ²	0,95%	0,93%	0,70%
CONTA DE EXPLORAÇÃO			
VOLUME DE NEGÓCIOS/VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS	15.129.437	14.874.934	15.726.854
PROVEITOS TOTAIS DE EXPLORAÇÃO	15.139.549	14.884.911	15.728.422
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS E ENCARGOS FINANCEIROS E AMORTIZAÇÕES (EBITDA)	5.202.452	5.104.938	4.859.763
em % do Volume de Negócios	34,39%	34,32%	30,90%
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS E ENCARGOS FINANCEIROS (EBIT)	2.299.825	2.100.615	1.757.423
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	852.489	822.067	574.538
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	600.420	555.372	406.861
CASH-FLOW	3.503.347	3.559.696	3.509.201
ATIVIDADE			
VOLUME TOTAL DE ÁGUA VENDIDA	6.871.174	6.049.204	6.165.307
NÚMERO TOTAL DE CLIENTES	60.276	61.070	62.367
NÚMERO DE MUNICÍPIOS SERVIDOS	2	2	2
N.º TRABALHADORES	161	160	157
CLIENTES/TRABALHADORES	374	382	397

Introdução

Em cumprimento do disposto na alínea f), do n.º 1, do artigo 19.º dos Estatutos da empresa, o Conselho de Administração da Vimágua – Empresa de Água e Saneamento de Guimarães e Vizela, EIM, S.A., apresenta o Relatório e Contas do exercício de 2013 e a proposta de aplicação de resultados.

O presente Relatório e Contas é acompanhado pela Certificação Legal das Contas e do Relatório e Parecer do Fiscal Único, conforme estipula a alínea k), do n.º 2, do artigo 25.º dos Estatutos.

Nos termos da alínea d), do n.º 1, do artigo 42.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, que aprova o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, o presente Relatório e Contas será apresentado aos órgãos executivos dos Municípios de Guimarães e Vizela.

Estrutura Organizacional

Órgãos Sociais

Nos termos do artigo 13.º dos Estatutos, são órgãos sociais da Vimágua a Assembleia geral, o Conselho de Administração e o Fiscal Único.

A Assembleia geral é formada por um representante de cada acionista, competindo aos órgãos executivos dos Municípios de Guimarães e Vizela designar os respetivos representantes.

O Conselho de Administração é o órgão de gestão da Vimágua, composto por três membros, um dos quais é o Presidente, que são nomeados pela Assembleia geral, dois sob proposta do Município de Guimarães e um sob proposta do Município de Vizela. É este o órgão de gestão da Vimágua que, no âmbito do contrato de gestão da empresa, define as orientações estratégicas, os planos de atividade e de investimento, os objetivos e orçamentos anuais e plurianuais, controlando a respetiva execução.

Ao Fiscal Único compete a fiscalização das atividades desenvolvidas pela Vimágua, nomeadamente a revisão legal das contas.

O ano de 2013 ficou marcado, ao nível dos órgãos sociais, pela cessação de funções dos membros em exercício e pela designação de novos órgãos.

Na sequência das eleições autárquicas realizadas no dia 29 de setembro, foi constituída a nova Assembleia geral e foram designados os membros para o Conselho de Administração da Vimágua para o período coincidente com o mandato autárquico.

O Conselho de Administração iniciou funções a 18 de outubro de 2013, composto pelos mesmos membros em funções no início do exercício económico:

Presidente: Armindo José Ferreira da Costa e Silva, designado sob proposta do Município de Guimarães;

1.º Vogal: Dora Fernanda da Cunha Pereira Gaspar, Vereadora da Câmara Municipal de Vizela e designada sob proposta do Município de Vizela;

2.º Vogal: Octávio Manuel Novais Pereira dos Santos, designado sob proposta do Município de Guimarães.

O Presidente do Conselho de Administração exerce funções executivas, em regime de permanência, acumulando as competências previstas para o cargo de Diretor geral nos regulamentos e documentos de organização e carreiras da Vimágua.

A **Mesa da Assembleia geral** foi, até às eleições autárquicas de 29 de setembro de 2013, presidida pelo Município de Guimarães, representado pelo respetivo Presidente, António Magalhães da Silva, e teve como vogal o Presidente da Câmara Municipal de Vizela, Dinis Manuel da Silva Costa.

Em 18 de outubro de 2013 e na sequência da posse dos novos órgãos autárquicos a Mesa da Assembleia geral da Vimágua passou a ter a seguinte composição:

Presidente: Domingos Bragança Salgado, Presidente da Câmara Municipal de Guimarães:

Vogal: Dinis Manuel da Silva Costa, Presidente da Câmara Municipal de Vizela.

Em 2013 a Assembleia geral realizou quatro sessões, duas ordinárias previstas nos Estatutos e duas extraordinárias. Conforme determinado no artigo 16.º dos Estatutos da Vimágua, a 28 de março, em sessão ordinária, foi aprovado o Relatório e Contas de 2012, apresentado pelo Conselho de Administração da empresa, e na sessão ordinária realizada a 6 de dezembro foi aprovado o *Tarifário 2014* e o *Plano Plurianual de Investimentos e Plano de Gestão Previsional 2014*.

Neste exercício realizaram-se, então, quatro sessões, duas ordinárias e duas extraordinárias:

- 27 de fevereiro de 2013, tendo como ponto único a alteração aos Estatutos da Vimágua.
- 28 de março de 2013, tendo como ponto único a apreciação e votação do Relatório e Contas 2012.
- 18 de outubro de 2013, com a seguinte ordem de trabalhos:
 - Ponto um – Eleição da Mesa da Assembleia geral;
 - Ponto dois – Eleição dos membros do Conselho de Administração;
 - Ponto três – Definição do regime em que cada membro do Conselho de Administração irá exercer as suas funções;
 - Ponto quatro – Remunerações dos membros do Conselho de Administração.
- 6 de dezembro de 2013, com a seguinte ordem de trabalhos:
 - Ponto um – Tarifário 2014;
 - Ponto dois – Proposta de revisão do Plano de Investimentos da Vimágua – Anexo II do contrato de gestão;

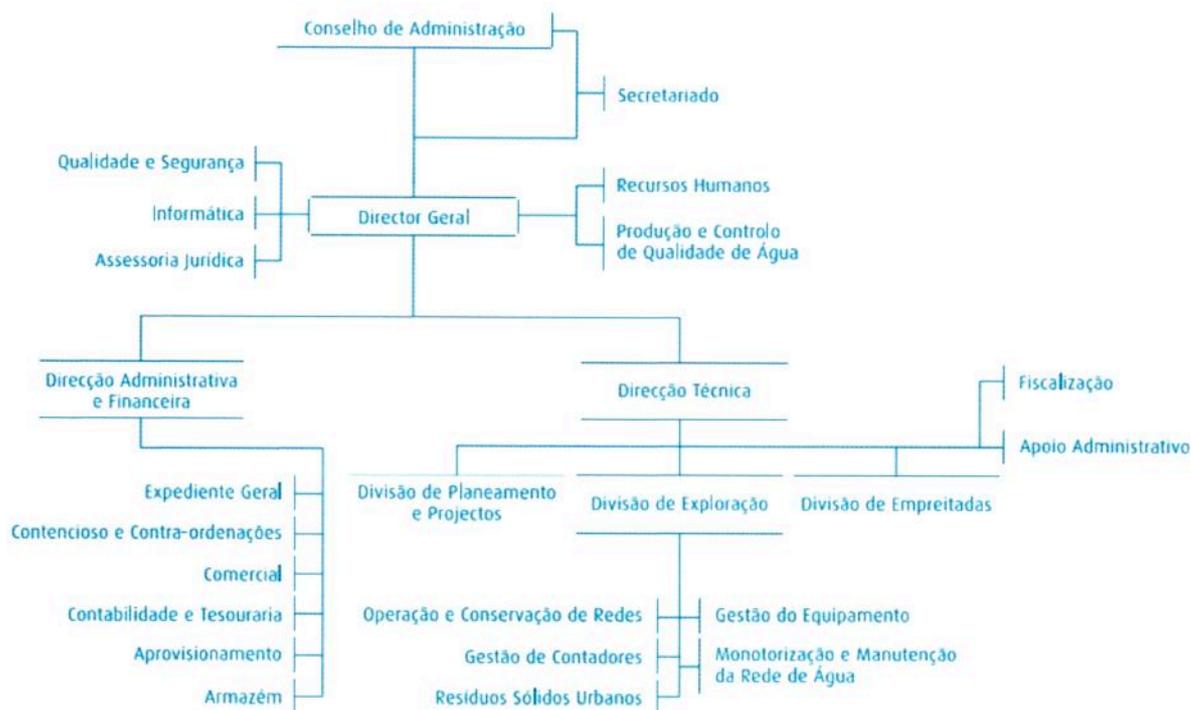
- Ponto três – Plano Plurianual de Investimentos e Plano de Gestão Previsional 2014;
- Ponto quatro – Contrato de Gestão do Presidente do Conselho de Administração, ao abrigo do Estatuto do Gestor Público;
- Ponto cinco – Relatório de autoavaliação do Presidente do Conselho de Administração relativo ao mandato 2009-2013;
- Ponto seis – Proposta de alteração do Regulamento do serviço de abastecimento público de água e do serviço de saneamento de águas residuais urbanas;
- Ponto sete – Proposta de alteração Estatutária.

A Fiscalização da empresa manteve-se até fecho de contas do exercício de 2013 a cargo da sociedade Santos Carvalho & Associados, SROC, SA, representada por António de Jesus Pereira. Nos termos dos Estatutos da empresa, alterados em 2013 para adequação às novas determinações legais introduzidas pelo regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, aprovado pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, o Fiscal Único para o novo mandato será designado pelo órgãos deliberativos dos Municípios de Guimarães e Vizela.

(Handwritten signatures and marks)

Estrutura orgânica

A estrutura orgânica da empresa é ilustrada pelo seguinte organograma:



Enquadramento Macroeconómico

Internacional

A economia mundial apresentou em 2013 fracas perspetivas de crescimento, não obstante alguns sinais de recuperação económica. A tendência de abrandamento da atividade económica a nível mundial, acentuada em 2012 como resultado da deterioração da situação económica nos países desenvolvidos, em particular na União Europeia e no Japão, e da desaceleração das economias dos países emergentes, continuou na primeira metade de 2013, tendo o segundo semestre do ano ficado marcado por alguns sinais de recuperação nas economias desenvolvidas (EUA e Japão), com as economias emergentes a mostrarem sinais de desaceleração (China) ou de crescimento moderado (Brasil).

As projeções da OCDE apontam para um crescimento da economia mundial de 3,1% em 2013, um ritmo idêntico ao registado em 2012, mas significativamente abaixo do registado no período anterior à crise financeira internacional.

Na zona Euro os indicadores mais recentes sugerem que poderá estar a sair da situação de prolongada contração que regista desde o final de 2011.

Nacional

Em 2013, a evolução da economia portuguesa continuou significativamente condicionada pelo processo de correção dos desequilíbrios macroeconómicos. A correção dos desequilíbrios envolve a adoção de um conjunto de medidas de consolidação orçamental e uma desalavancagem ordenada e gradual do setor privado, que determina uma forte contração da procura interna. Este conjunto de medidas encontra-se enquadrado pelo Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF), cuja implementação se tem desenrolado num contexto macroeconómico internacional particularmente desfavorável, nomeadamente com uma situação recessiva na área do euro que só começou a ser ultrapassada em meados do ano 2013.

No último trimestre de 2013 a economia portuguesa cresceu de forma moderada, interrompendo-se assim 11 trimestres de crescimentos homólogos negativos, crescimento este que foi suportado pela recuperação da procura interna.

Estratégia Empresarial

A Empresa

A Vimágua iniciou a sua atividade em 20 de Fevereiro de 2002, substituindo-se aos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Câmara Municipal de Guimarães, tendo sido criada, por iniciativa dos Municípios de Guimarães e Vizela, com o intuito de usando dos instrumentos previstos na lei, refundar um serviço público, reorganizando estruturas, rentabilizando recursos, implementando novas filosofias de gestão, clarificando competências e responsabilidades, em suma otimizando-o e orientando-o de forma ainda mais exigente e constante para a satisfação das necessidades dos clientes.

Em 28 de Dezembro de 2007, por escritura pública e de acordo com a Lei n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro, que aprovou o regime jurídico do sector empresarial local, revogando a anterior Lei-Quadro das Empresas Municipais, Intermunicipais e Regionais (Lei n.º 58/98, de 18 de Agosto), a Vimágua foi transformada em sociedade anónima, adotando a denominação *Vimágua, Empresa de Água e Saneamento de Guimarães e Vizela, EIM, S.A.*

Identificação: VIMÁGUA – Empresa de Água e Saneamento de Guimarães e Vizela, EIM, S.A.

Sede Social: Rua Rei do Pegú, n.º 172, S. Sebastião, 4810-025 Guimarães

Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Guimarães com o Número Único 505 993 082

Capital Social e Prestações Suplementares:

Capital Social: 500.000 euros, dividido em 500.000 ações nominativas de valor nominal de 1 euro.

Prestações Suplementares: €12.240.000

Acionistas:

Município de Guimarães: 450.000 ações

Município de Vizela: 50.000 ações

Âmbito geográfico

A Vimágua atua no âmbito geográfico dos Municípios que a integram, Guimarães e Vizela, cuja cobertura territorial efetiva, por parte desta empresa, regista um significativo crescimento, desde a sua criação e início de atividade.



2 MUNICÍPIOS

53 FREGUESIAS

- SUPERFÍCIE

Guimarães 240,95 km²

Vizela 24,70 km²

Total 265,65 km²

- POPULAÇÃO RESIDENTE

Guimarães 158.124

Vizela 23.736

Total 181.860

- ALOJAMENTOS CLÁSSICOS

Guimarães 66.790

Vizela 9.048

Total 75.838

Objetivos Estratégicos

A 2 de Abril de 2008, foi celebrado entre a Vimágua e os Municípios participantes o *Contrato de Gestão*, para cumprimento das exigências legais do regime jurídico do setor empresarial local e determinação objetiva e concreta de orientações estratégicas dos Municípios em relação à empresa, atenta a sua natureza de entidade gestora encarregada da gestão de serviço de interesse geral.

O Contrato de Gestão, cuja finalidade é regular os direitos e deveres estabelecidos entre os Municípios e a Vimágua, reajustando e reequilibrando, assim, em termos económicos, a relação existente, por forma a tornar viável a atividade da Vimágua, define de forma clara os objetivos da sua atividade:

- a) Assegurar a qualidade, universalidade e continuidade dos serviços de interesse geral delegados na Vimágua e enquadrados pelo Contrato de Gestão, na área dos municípios de Guimarães e Vizela.
- b) Proteger os munícipes, assegurando o funcionamento dos Sistemas e a obtenção de níveis de satisfação e de qualidade das necessidades básicas da população ao nível de distribuição de água para consumo humano e saneamento das águas residuais.

- c) Manter e renovar as infraestruturas, instalações, equipamentos e quaisquer outros bens afetos aos Sistemas, quando necessário.
- d) Impulsionar a coesão local a nível económico e social.
- e) Privilegiar a eficiência e eficácia económica desta atividade, contribuindo para o equilíbrio económico e financeiro do conjunto do setor público.
- f) Respeitar os princípios de não discriminação e transparência.

Os objetivos estratégicos definidos para a atuação da Vimágua têm como referência o cumprimento dos objetivos estabelecidos no Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais (PEAASAR):

- 1 – A Universalidade, a Continuidade e a Qualidade do serviço;*
- 2 – A Sustentabilidade do Setor; e*
- 3 – A Proteção dos Valores Ambientais.*

Estes princípios vertem-se nos documentos estratégicos aprovados pelos órgãos da Vimágua e pelos Municípios de Guimarães e Vizela.

Enquadramento Setorial

No final do ano de 2006 foi publicada a Lei n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro, que aprovou o regime jurídico do setor empresarial local, revogando a anterior Lei-Quadro das Empresas Municipais, Intermunicipais e Regionais (Lei n.º 58/98, de 18 de Agosto), introduzindo um novo modelo de empresas municipais, distinto do regime anterior e aproximando-o do modelo adotado para o setor empresarial do Estado.

Neste contexto, a Vimágua, em 2007, procedeu à adequação dos respetivos Estatutos, passando a adotar um modelo de organização que melhor servia a prossecução do seu objeto, tendo em conta a natureza da atividade desenvolvida pela Vimágua, enquadrada no Capítulo II, da Lei n.º 53-F/2006 (Empresas encarregadas da gestão de serviços de interesse geral), que, de acordo com as diretrizes comunitárias e com a legislação e regulamentação nacional aplicáveis, deveria ser gerida por princípios de gestão comuns aos das sociedades comerciais, considerou-se, então, que a adoção de natureza societária era a mais consentânea com aqueles princípios, uma vez que favorecia uma gestão isenta e centrada na prestação de um serviço público de carácter geral, tendo-se procedido, por conseguinte, à transformação da Vimágua, numa Sociedade Anónima nos termos da Lei Comercial.

A Lei n.º 53-F/2006, de 29 de dezembro, foi revogada pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, que aprova o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais e que determinou a necessidade de proceder a uma alteração estatutária, por forma a conformar os Estatutos da Vimágua com o disposto na Lei 50/2012.

A principal alteração que decorre para a Vimágua deste novo ordenamento jurídico prende-se com a designação do Fiscal Único que nos termos do artigo 26º da referida Lei passará a ser designado, no caso da Vimágua, pelas Assembleias Municipais de Guimarães e Vizela, sob propostas dos respetivos órgãos executivos.

Enquanto entidade gestora dos serviços de abastecimento público de água e de saneamento de águas residuais urbanas a Vimágua está sujeita aos poderes de regulação da ERSAR – Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos.

Entrou em vigor a 1 de Janeiro de 2010, o Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de Agosto, que vem estabelecer o regime jurídico dos serviços municipais e intermunicipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos, reunindo o regime jurídico sobre esta matéria num ato normativo, o que permite a clarificação das regras aplicáveis às entidades gestoras.

Assim, este quadro legal veio estabelecer regras sobre o relacionamento da Vimágua com os Municípios titulares do serviço, definindo um conjunto de normas, nomeadamente, quanto à gestão técnica dos serviços e ao relacionamento com os utilizadores. Fixa, também, alguns princípios gerais sobre a intervenção da entidade reguladora e estabelece um regime contraordenacional que visa sancionar o incumprimento das obrigações por parte dos vários intervenientes (entidade titular dos serviços, entidade gestora e utilizadores).

Em cumprimento e para efeitos do disposto no número 4 do artigo 62.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, foi enviado, a 6 de agosto de 2012, à ERSAR – Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos o Projeto de Regulamento do serviço de abastecimento público de água e do serviço de saneamento de águas residuais urbanas, aprovado pelos órgãos executivos dos Municípios de Guimarães e Vizela e submetido para consulta pública na 2.ª Série do Diário da República. O período de apreciação pública terminou a 15 de outubro de 2012, vindo a ERSAR a emitir parecer sobre o projeto de Regulamento a 21 de novembro de 2012.

Ora, atentos os calendários das Assembleias Municipais de Guimarães e Vizela e a necessidade de se fazer aprovar o Regulamento, para que vigorasse logo a 1 de janeiro de 2013, permitindo, assim, a aplicação dos tarifários social e familiar aí regulados, foi aprovado o referido Regulamento pelas Assembleias Municipais de Guimarães e Vizela, nas suas Sessões realizadas em 26 de novembro e 28 de dezembro de 2012, respetivamente, tendo sido publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 11, de 16 de janeiro de 2013 e entrado em vigor a 31 de janeiro de 2013.

Após análise do Parecer da ERSAR relativamente ao Regulamento em vigor desde 31 de janeiro de 2013, entendeu a Administração da Vimágua propor uma alteração a alguns aspetos do Regulamento, conformando-o, por um lado, com a generalidade do proposto pela ERSAR, e por outro com os normativos legais que entretanto vieram a ser alterados. Esta proposta foi aprovada pelos órgãos executivos dos Municípios de Guimarães e Vizela, enviada à entidade reguladora para Parecer e publicada em Diário da República para apreciação pública.

O regulador setorial (ERSAR) viu os seus poderes e independência reforçados já no início de 2014, o que implicará novas condicionantes à atividade da Vimágua e necessidade de reestruturação para resposta aos novos normativos legais.

Além das condicionantes impostas pelo regime legal do setor e pelo seu sistema de regulação, existem outras que atuam e influenciam de forma direta a atividade e desempenho da Vimágua, com destaque para as seguintes:

- A evolução da situação económica e financeira do país;
- A variação dos custos energéticos, sendo o principal fator crítico, na atual conjuntura, o preço do petróleo;
- A existência de soluções privativas e individuais de abastecimento de água e saneamento de águas residuais, ainda que em incumprimento legal, em alternativa à ligação aos sistemas públicos;
- As verbas disponíveis para comparticipação dos investimentos.

Missão, Visão e Valores

Missão

A prestação dos serviços públicos de abastecimento de água para consumo humano e a recolha e tratamento de águas residuais, pautando-se pela prestação de um **serviço de qualidade**, orientado por

princípios de eficácia de gestão, sem descurar, porém, a defesa dos valores de ordem social e do meio ambiente.

Visão

Ser uma empresa de âmbito intermunicipal de referência no setor, focalizada no cliente e orientada pelas melhores práticas internacionais

Valores

São cinco os valores que pautam toda a atuação da Vimágua:

Cliente ⇨ Satisfação do cliente, como centro da atividade e da gestão da Vimágua.

Saúde pública ⇨ Contribuição para a promoção da saúde pública.

Ambiente ⇨ Respeito e salvaguarda dos valores de ordem ambiental.

Transparência ⇨ Transparência, na relação com clientes, colaboradores, sócios e demais entidades.

Rigor ⇨ Rigor como regra geral de adequação e base de decisão.

Política da Qualidade, Ambiente e Segurança

A certificação do Sistema de Gestão Integrada da Qualidade e Segurança, obtida em 2006, é um indicador objetivo da preocupação da Vimágua em gerir um serviço público essencial, pautando-se por rigorosos critérios de qualidade e sustentabilidade.

Desta feita é importante que uma entidade de acreditação tenha reconhecido o mérito do sistema de gestão da Vimágua, resultando num acréscimo de confiança no produto e serviços da empresa.

No que à gestão da qualidade concerne, a satisfação plena das necessidades e expectativas dos nossos Clientes é um fator determinante na nossa atuação como prestadores de um serviço público e um princípio fundamental do Sistema de Gestão da Qualidade desenvolvido e implementado.

A certificação do Sistema de Gestão Ambiental, obtida no final de 2013, veio juntar-se às duas certificações obtidas em 2006, expressando o compromisso da gestão da Vimágua na minimização dos

impactes ambientais das suas atividades, prevenindo a poluição e contribuindo ativamente para o desenvolvimento sustentável.

Foi, também, realizada em 2013 a auditoria de acompanhamento do Sistema de Gestão Qualidade e Segurança pelo organismo certificador, não tendo sido detetada nenhuma não conformidade.

Em Julho de 2013 entrou em funcionamento o Parque de Resíduos. Com estas instalações, a Vimágua viu melhorado o seu desempenho ambiental no que respeita à gestão de resíduos, uma vez que potenciou a correta separação dos diversos resíduos produzidos que resultam, essencialmente, de pequenas intervenções de reparação/manutenção de condutas de água para consumo humano e de águas residuais. Os resíduos são depois encaminhados para operadores de gestão licenciados, onde será efetuada a sua valorização ou eliminação.

Neste ano a Vimágua iniciou um plano de medição de ruído ambiental junto das várias instalações da empresa - reservatórios, estações elevatórias, ETA - de modo a dar cumprimento ao imposto pelo Decreto lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro.

No final do ano a Vimágua obteve o certificado de desempenho energético e da qualidade do ar interior do edifício sede. A classe energética obtida foi de B. Neste momento a Vimágua tem em curso um plano de ação para reduzir os consumos de energia no edifício sede.

Na Estação de Tratamento de Água de Sta. Eufémia de Prazins, classificada como instalação consumidora intensiva de energia, realizou-se uma auditoria energética e foi elaborado um plano de racionalização dos consumos de energia, de modo a melhorar a eficiência energética da mesma.

No decorrer de 2013 deu-se continuidade à realização periódica de inspeções, quer a obras quer a instalações fixas, tendo estas ações contribuído positivamente para identificar algumas fragilidades ambientais, dinamizar o sistema de gestão e melhorar o desempenho ambiental numa perspetiva operacional.

Relativamente à capacidade de resposta perante a ocorrência de emergências, a Vimágua planeou e realizou alguns simulacros. Verificou-se que, de um modo geral, os colaboradores têm conhecimento dos modos de atuação a seguir e das funções a desempenhar, tendo-se porém detetado a possibilidade de efetuar algumas melhorias.

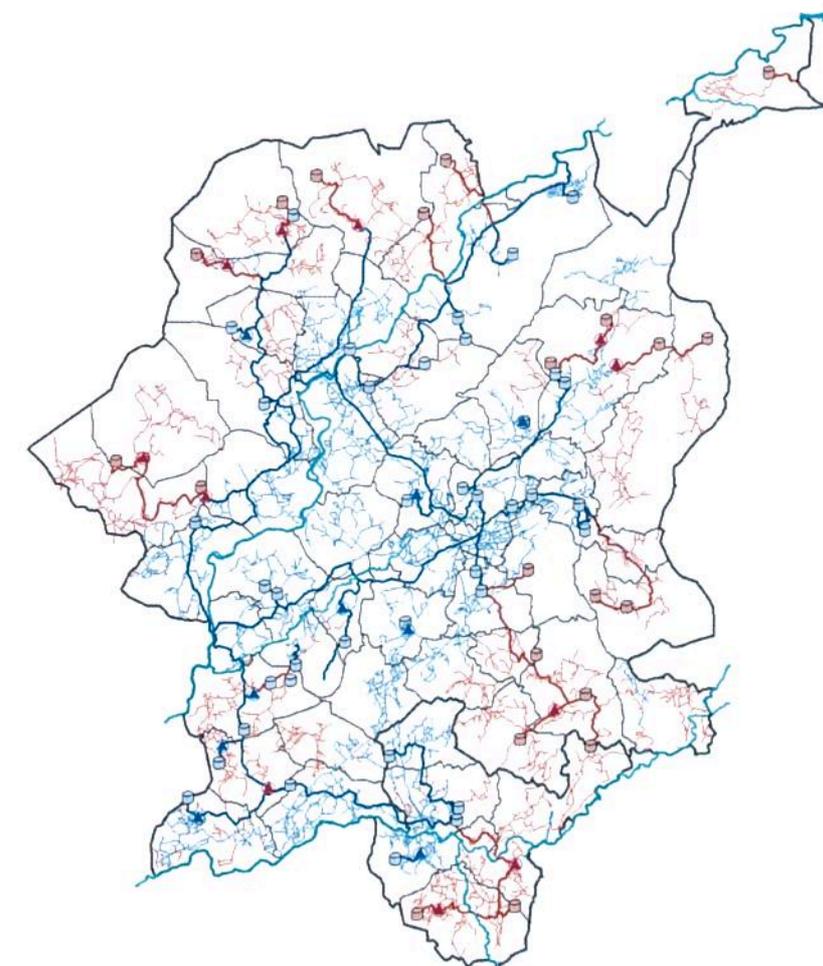
Em matéria de Segurança, a avaliação sistemática dos riscos associados às nossas atividades, produtos e serviços, aliada à definição e implementação das melhores práticas e de um rigoroso cumprimento da legislação em vigor, contribuem para a promoção de boas condições de Segurança e Saúde. Durante o ano de 2013 foi revista a matriz de identificação e avaliação de riscos de modo a efetuar uma reavaliação a todos os riscos. Nesta revisão foram também identificadas novas atividades internas e externas, tais como as atividades de inspeções/visitas a intervenções de exterior, manutenção das instalações técnicas (ar condicionado, elevadores, ventilações e outros), medição de gases do saneamento e informática.

Áreas de Atividade

A gestão das diferentes fases do Ciclo da Água em que a Vimágua tem intervenção - captação, tratamento e distribuição de água para consumo público e saneamento de águas residuais urbanas - mantém-se orientada pelos princípios fundamentais da Sustentabilidade, da Qualidade do serviço prestado aos seus clientes e utilizadores e da Rentabilidade

É nestas áreas que se geram a quase totalidade dos proveitos da Empresa, representando, também, a parte mais significativa dos seus custos operacionais.

Infraestruturas do sistema de abastecimento de água



- 2 Estações de Tratamento de Água (ETA)
- 1360 Km de condutas de água (inclui adução e distribuição)
- 60 Reservatórios
- 18 Estações elevatórias
- 13 Hidropressores
- 23 Postos de rechloragem

SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA EM 2002

- ☐ Reservatório
- ▲ Estação Elevatória
- Conduta Adutora
- Conduta de Distribuição

SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA ENTRE 2002 E 2013

- ☐ Reservatório
- ▲ Estação Elevatória
- Conduta Adutora
- Conduta de Distribuição

Em 2013 foram desativados dois reservatórios em Gonça, em resultado da otimização do sistema de abastecimento de água que serve aquela localidade.

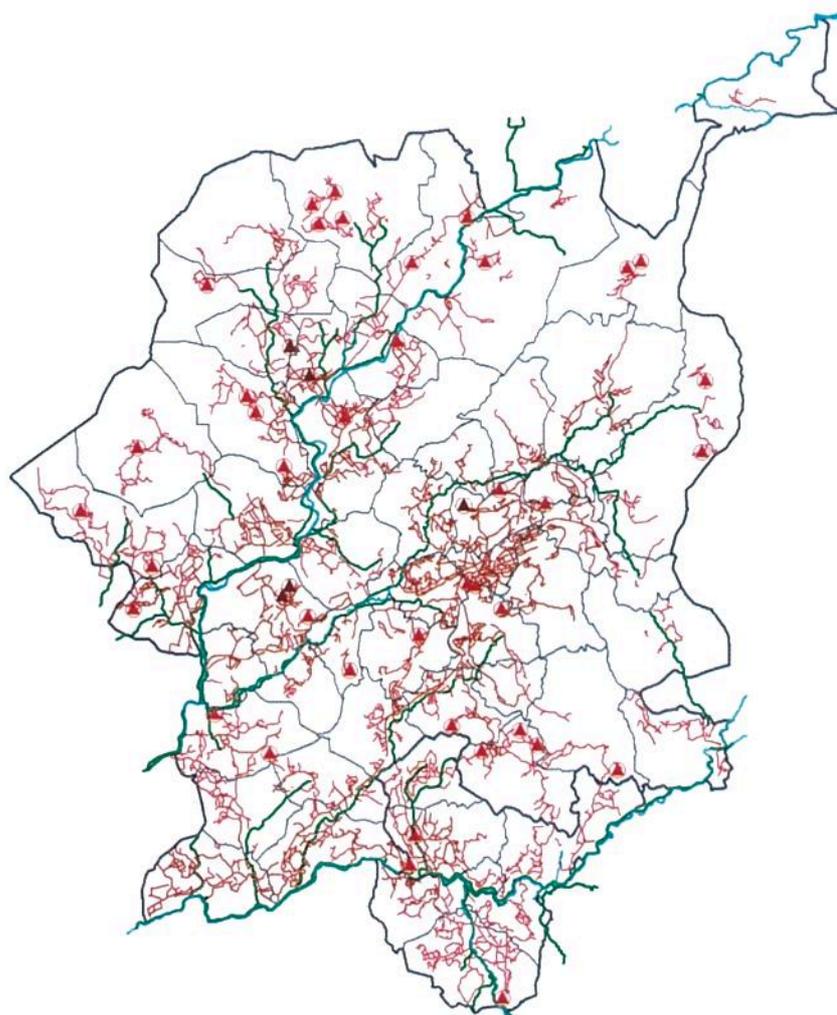
A Vimágua desenvolveu um plano de reabilitação dos reservatórios de água com o objetivo de preservar a resistência estrutural, garantir a estanquicidade, assegurar a operacionalidade dos equipamentos eletromecânicos, garantir a segurança e a qualidade da água e a continuidade do serviço. Nesse âmbito foi reabilitado o reservatório de S. Pedro de Azurém, tratando-se de uma infraestrutura construída em 1974/75 e de grande importância como reserva de água para a cidade e para as freguesias de Azurém, Fermentões, Aldão, Selho S. Lourenço, Pencilo, S. Torcato, Gominhões, Gonça, Rendufe, Atães.

O novo reservatório das Minas da Penha foi colocado em funcionamento em 2013, sendo uma nova infraestrutura que integra o sistema centenário das minas da penha. Com a conclusão desta infraestrutura concretizaram-se os seguintes objetivos:

1. Aumento da capacidade de reserva de modo a beneficiar da produtividade total das minas;
2. Minimização dos desperdícios de água e conseqüentemente melhoria na gestão do sistema de abastecimento;
3. Melhoria na eficiência energética, uma vez que este equipamento possibilita a distribuição gravítica;
4. Instalação de um sistema de tratamento de água, de modo a cumprir com a legislação em vigor e demais normas.

Infraestruturas do sistema de saneamento de águas residuais

Handwritten signatures and initials in blue ink.



- 800 Km de condutas de saneamento de águas residuais
- 45 Estações elevatórias

— Interceptor (Águas do Noroeste, SA)

SISTEMA DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS EM 2002

▲ Estação Elevatória

— Colectores de Saneamento

SISTEMA DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS ENTRE 2002 E 2013

▲ Estação Elevatória

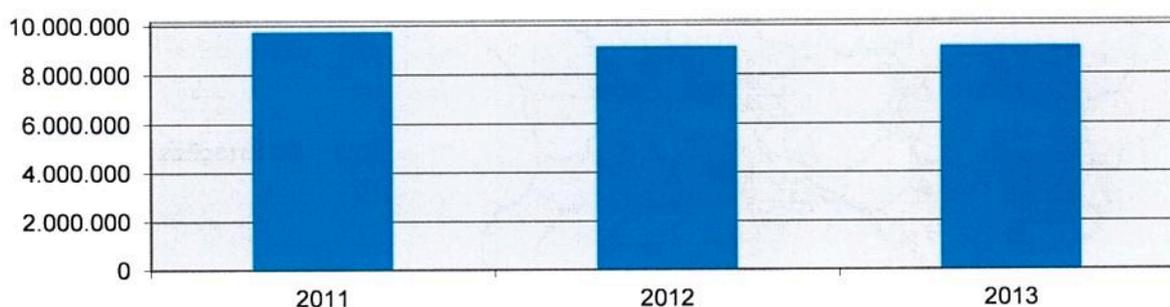
— Colectores de Saneamento

Produção e Distribuição de Água

A Vimágua utilizou, em 2013, as duas captações superficiais que explora no Rio Ave – Prazins Sta. Eufémia e Gondomar. Foram, também, exploradas, ao longo de todo o ano, as origens de água das nascentes das Minas da Penha, Rocha, Senhoras do Monte e Castelões.

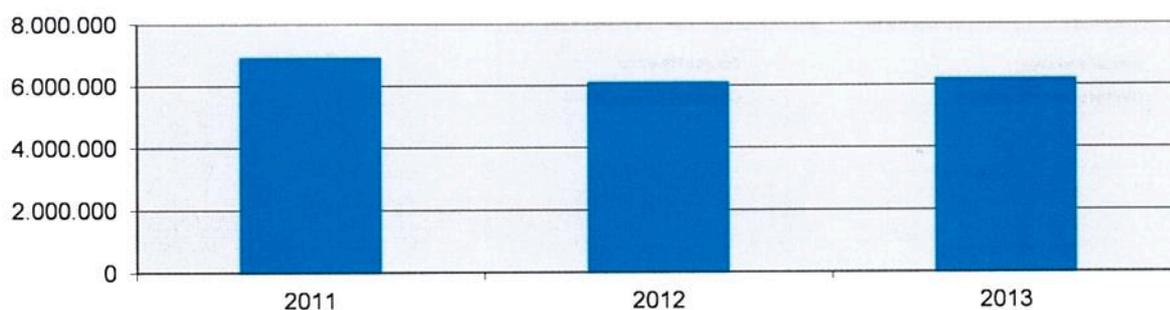
O volume total de água captada foi de 9.074.992 metros cúbicos, representando um acréscimo de 0,19%, quando comparado com o ano de 2012.

Volume de água captada



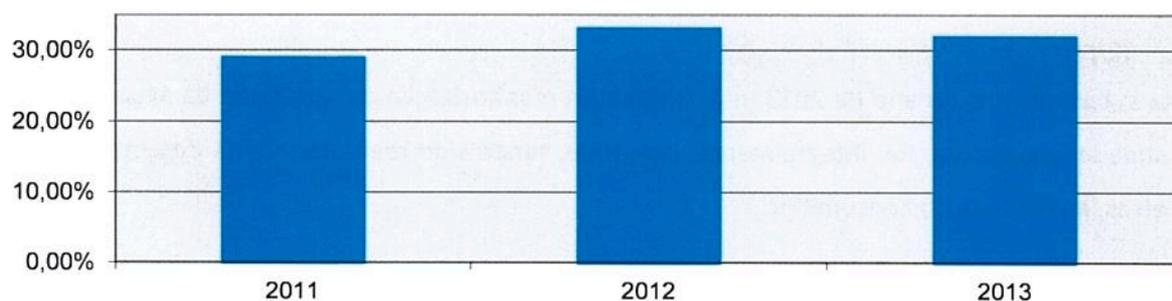
O volume de água faturada aos utilizadores do serviço público de abastecimento de água foi de 6.165.307 metros cúbicos, o que representa um crescimento de cerca de 2%, relativamente ao ano anterior, invertendo a tendência de decréscimo que se vinha a registar desde 2009.

Volume de água facturada



Relativamente ao indicador de água não faturada, calculado pela diferença entre a água entrada no sistema e o consumo autorizado faturado, regista-se um decréscimo de cerca de um ponto percentual face ao ano anterior, tendo-se fixado nos 32%. Este indicador inclui não só as perdas reais e aparentes, mas também o consumo autorizado não faturado.

Água não faturada



Qualidade da água

O programa de monitorização da qualidade da água do Sistema Vimágua integra três componentes:

- 1- Controlo legal – Plano de Controlo de Qualidade da Água aprovado pela Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos (ERSAR);
- 2- Controlo operacional – águas brutas superficiais e subterrâneas, reservatórios de água tratada, controlo da eficiência do tratamento da água nas Estações de Tratamento de Água (ETA) e pontos da rede de abastecimento de água;
- 3- Controlo de verificação – aquando dos incumprimentos de valor paramétrico e reclamações da qualidade da água.

Controlo Legal – Programa de amostragem e de análise, realizado em cumprimento dos requisitos legais estabelecidos no Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de Agosto, devidamente aprovado pela ERSAR - Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos.

Controlo Operacional – Plano interno de controlo operacional, tem por objetivo fundamental verificar o nível de qualidade da água para consumo humano em toda a extensão do sistema de abastecimento, permitindo detetar atempadamente possíveis anomalias, possibilitando a adoção de medidas preventivas eficazes. Também dentro do controlo operacional faz-se o controlo das águas brutas superficiais e subterrâneas e o controlo da eficiência do tratamento da água nas Estações de Tratamento de Água.

No âmbito da execução do Programa de Controlo da Qualidade de Água para consumo humano, com reporte ao ano de 2013, registámos **99,61%** de cumprimento dos valores paramétricos exigidos por Lei, o que permite classificar a água distribuída pela Vimágua, como sendo de **boa qualidade**, uma água

segura, de acordo com o *Guia de Avaliação da Qualidade de Serviço* da ERSAR (Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos).

Importa sublinhar que, no ano de 2013, o programa de monitorização da qualidade da água, aprovado pela Entidade Reguladora, foi, integralmente, cumprido, tendo sido realizadas 2.461 determinações de parâmetros, na torneira do consumidor.

Águas Residuais

A atividade na área dos serviços de saneamento de águas residuais urbanas, cuja gestão compete à Vimágua, engloba, concretamente, o “sistema em baixa”, ou seja, a recolha e encaminhamento das águas residuais até ao sistema de tratamento em alta, explorado em regime de concessão, em todo o Vale do Ave, por um sistema multimunicipal.

São, também, geridas pela Vimágua redes de drenagem de águas residuais com ligação a fossas coletivas situadas, quase exclusivamente, em loteamentos.

Também nesta atividade operacional, os objetivos traçados visam garantir a prestação de um serviço público de qualidade, passando pela concretização dos seguintes pontos:

- Implementação de planos de manutenção preventiva das redes e equipamentos;
- Aumento da eficácia nas reparações efetuadas.

Gestão de Clientes

A Missão e Cultura de atuação da Vimágua tem como pilares fundamentais os Valores já enunciados, pelos quais se pauta e os quais, simultaneamente, promove, no seu âmbito de atuação. A satisfação dos clientes, claramente assumida na Política de Gestão da Qualidade e Segurança adotada, encerra em si aquele que será o principal Valor, pela sua importância intrínseca e, também, por ser aquele que pode aglutinar e sintetizar todos os outros.

O contínuo desenvolvimento de uma cultura de serviço ao Cliente é uma orientação estratégica que se concretiza no desenvolvimento de iniciativas direcionadas para a melhoria contínua do serviço prestado.

Em Fevereiro de 2013 entrou em funcionamento o novo posto de atendimento a clientes da Vimágua em Vizela, situado no edifício sede da Câmara Municipal de Vizela. Os fatores a destacar são centralidade, a proximidade com os serviços da Câmara Municipal de Vizela e demais serviços, proporcionando maior comodidade aos utentes residentes em Vizela e nas imediações.

Tarifários especiais

Entraram em vigor em 2013, na sequência da aprovação do Regulamento do serviço de abastecimento público de água e do serviço de saneamento de águas residuais urbanas, os tarifários especiais, designadamente, o tarifário social e o tarifário familiar, tendo em vista garantir a acessibilidade ao serviço de águas por parte das famílias economicamente mais vulneráveis, reforçando, assim, o princípio do valor social da água, consignado na Lei da Água, e que preconiza o acesso universal para as necessidades humanas básicas, a custo socialmente aceitável e sem constituir fator de discriminação ou exclusão

A possibilidade de adoção destes tarifários sem recurso a apoios dos Municípios só foi possível pelos resultados e desempenho económico-financeiro atingido pela Vimágua nos últimos exercícios.

Em final de 2013, por forma a aprofundar a responsabilidade social da empresa e decorrente do reconhecimento da importância social do trabalho desenvolvido pelas I.P.S.S., foi alterado o tarifário

especial que lhes é aplicado, fixando-se como escalão máximo de preço da água o terceiro escalão dos utilizadores domésticos.

As regras introduzidas, em matéria de tarifários especiais, vão de encontro àquilo que são as Recomendações da ERSAR (entidade reguladora) e capacidade económico-financeira da empresa.

Cientes em números

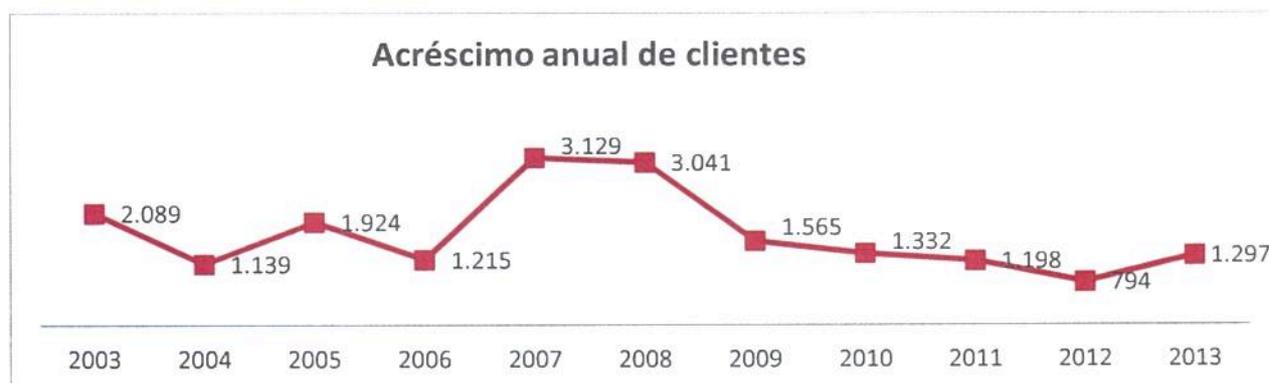
No final de 2013 o número total de clientes da Vimágua era de 62.367, sendo 59.309 clientes de água e 56.428 clientes de saneamento.

Os clientes totais da Vimágua cresceram 2,12% comparativamente ao final do ano de 2012.

Tipo de cliente	2002	2011	2012	2013
Doméstico	37.138	52.651	52.594	53.816
Não Doméstico	6.506	7.625	8.476	8.551
Total	43.644	60.276	61.070	62.367

Importa referir que, resultado da aplicação da Recomendação Tarifária da ERSAR, foram alterados os critérios de classificação de clientes, destacando-se, em particular, os contratos destinados à prestação de serviços a condomínios habitacionais que eram considerados na tipologia de domésticos e que passaram, desde 2012, a ser considerados como não doméstico. Esta alteração justifica a diminuição de clientes registada na tipologia de domésticos, em 2012.

De realçar que desde o final do primeiro exercício de atividade (2002), a Vimágua regista um acréscimo de 18.723 clientes, a que corresponde uma taxa de crescimento de cerca de 43% e uma taxa média de crescimento anual de 4 %.

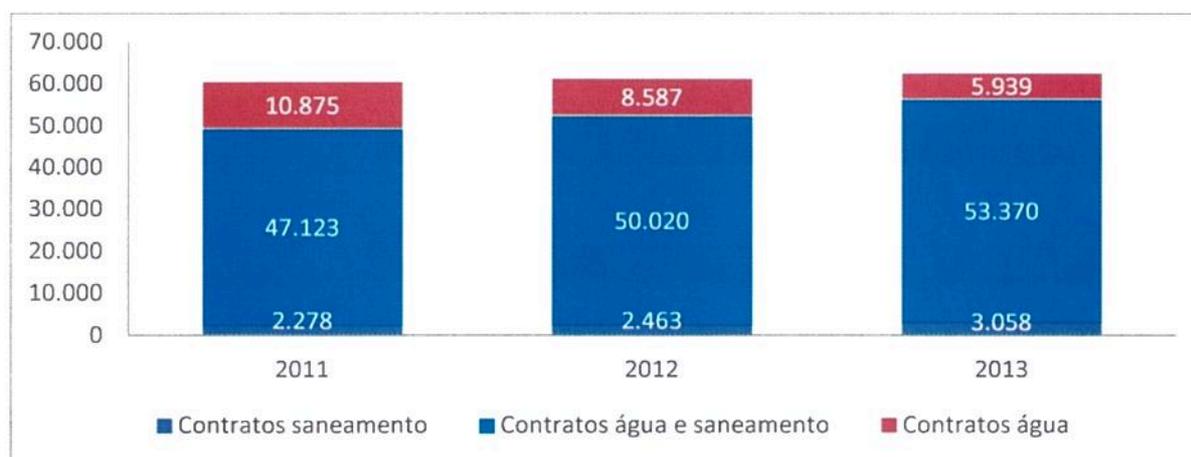


No triénio 2011-2013 a Vimágua regista um acréscimo de 3.289 clientes, percebendo-se que após o pico de crescimento nos anos de 2007 e 2008, abrandou o ritmo de crescimento, o que se justifica pelo ciclo de forte esforço de investimento em expansão de redes, que conduziu aos níveis de cobertura acima dos fixados pelo PEASAR em vigor, refletido em forte crescimento de clientes.

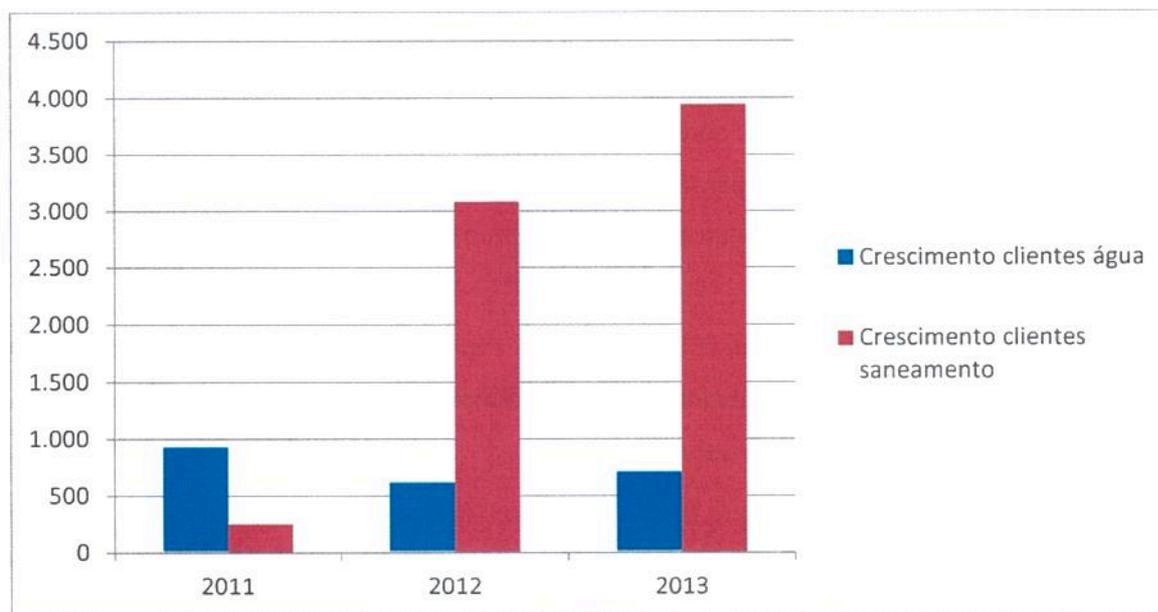
Em 2013 o crescimento anual de clientes (+1.297) foi 64% superior ao registado no ano anterior, em resultado do esforço direcionado para o levantamento de prédios ligados à rede pública de saneamento, sem o respetivo contrato de prestação de serviços.

Consoante a natureza dos serviços temos três tipologias de contratos: “contratos de saneamento”, “contratos de água e saneamento” e “contratos de água”.

Tipo de contratos	2011	2012	2013
Contratos saneamento	2.278	2.463	3.058
Contratos água e saneamento	47.123	50.020	53.370
Contratos água	10.875	8.587	5.939
Total	60.276	61.070	62.367



Realça-se o contínuo decréscimo dos contratos só de água resultante do aumento do número de contratos de saneamento. Com efeito o crescimento de clientes de saneamento (+3.945) foi muito superior ao crescimento de clientes de água (+702).



Estes resultados evidenciam por um lado o forte investimento em redes de saneamento e por outro, como já referimos, o trabalho de fiscalização e controlo das ligações à rede pública de saneamento sem contratação do serviço com a Vimágua.

Cientes de água

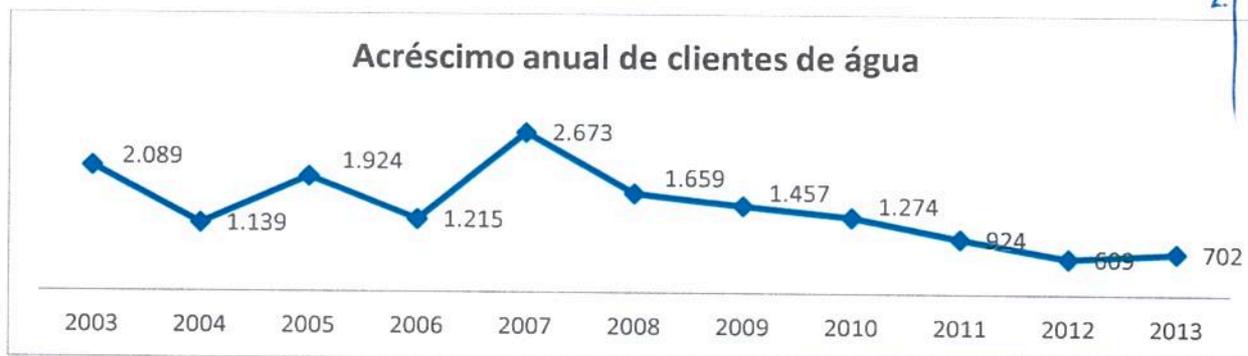
O número total de clientes de água, em 31 de Dezembro de 2013, era de 59.309 representando uma taxa de crescimento anual de 1,2%.

Tipo de cliente	2012	2011	2012	2013
Doméstico	37.138	50.434	50.204	50.868
Não Doméstico	6.506	7.564	8.403	8.441
Total	43.644	57.998	58.607	59.309

No final do ano a Vimágua passou a contar com mais 702 clientes, comparativamente com o final de 2012. Uma vez mais salienta-se o facto de os contratos de condomínio terem, em 2012, passado do grupo de clientes doméstico para não doméstico.

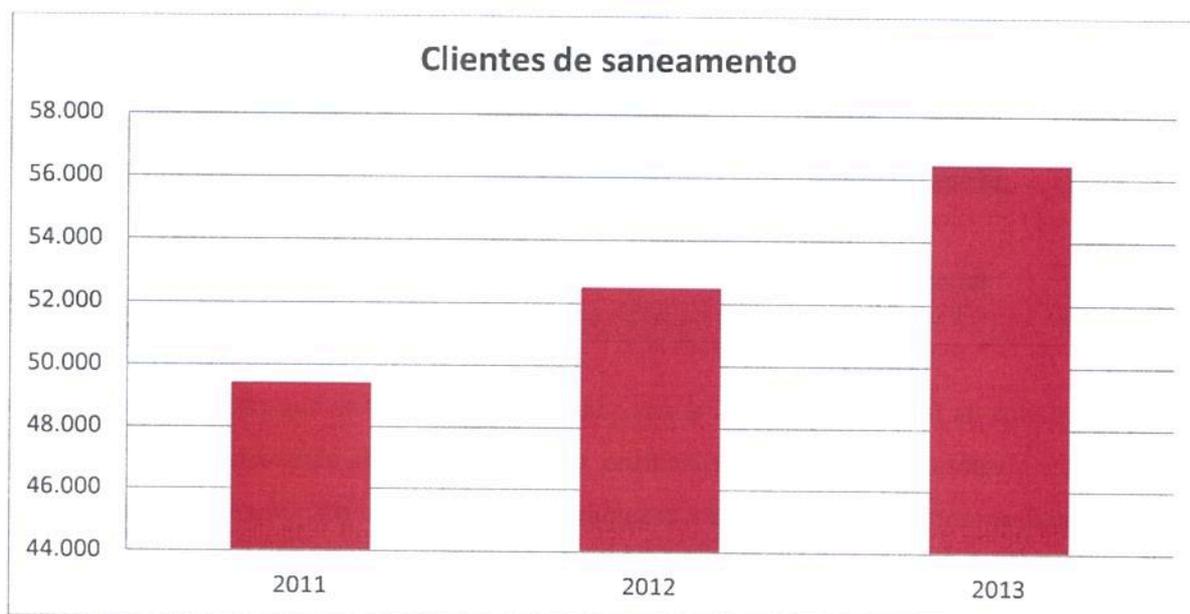
Da análise da evolução de clientes, concluímos que o maior acréscimo é registado nos clientes familiares continuando a ser, inquestionavelmente, o resultado da expansão dos serviços públicos aos anéis externos dos concelhos, onde o peso dos serviços e indústrias é menor, mas onde um grande número de pessoas passou a contar com a Vimágua como parceira de saúde pública, ambiente e qualidade de vida.

O número de clientes de água teve um acréscimo de 15.665 novos clientes, desde final de 2002, a que corresponde uma taxa de crescimento próxima dos 36% e uma taxa de crescimento anual média de 3,26%.

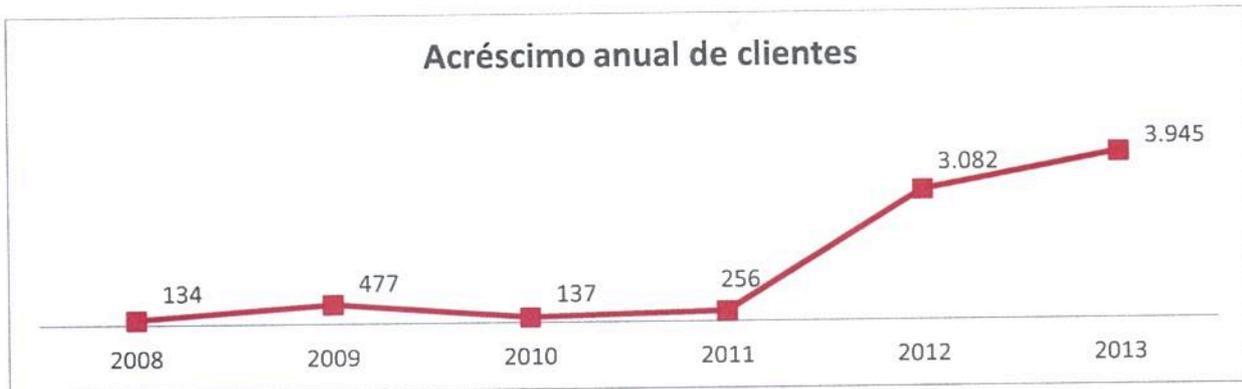


Cientes de saneamento

O número total de clientes de saneamento, em 31 de Dezembro de 2013, era de 56.428 representando uma taxa de crescimento anual de 7,5%.

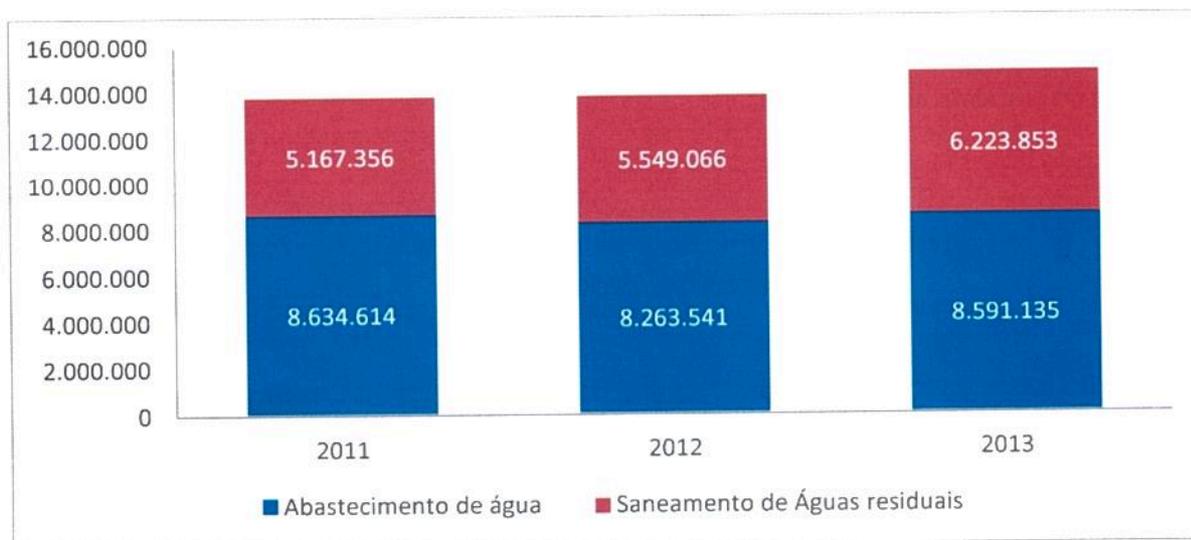


No final de 2013 a Vimágua registou um crescimento muito significativo de clientes de saneamento comparativamente com o final de 2012, com efeito passamos a ter mais 3.945 clientes, o maior crescimento desde que existe contratação e cobrança do serviço de utilização mensal de saneamento.



Dados de Faturação

A faturação periódica de clientes, referente aos serviços prestados pela Vimágua, totalizou no exercício de 2013 o valor €14.814.988, representando um crescimento de 7,26% comparativamente com o exercício de 2012.



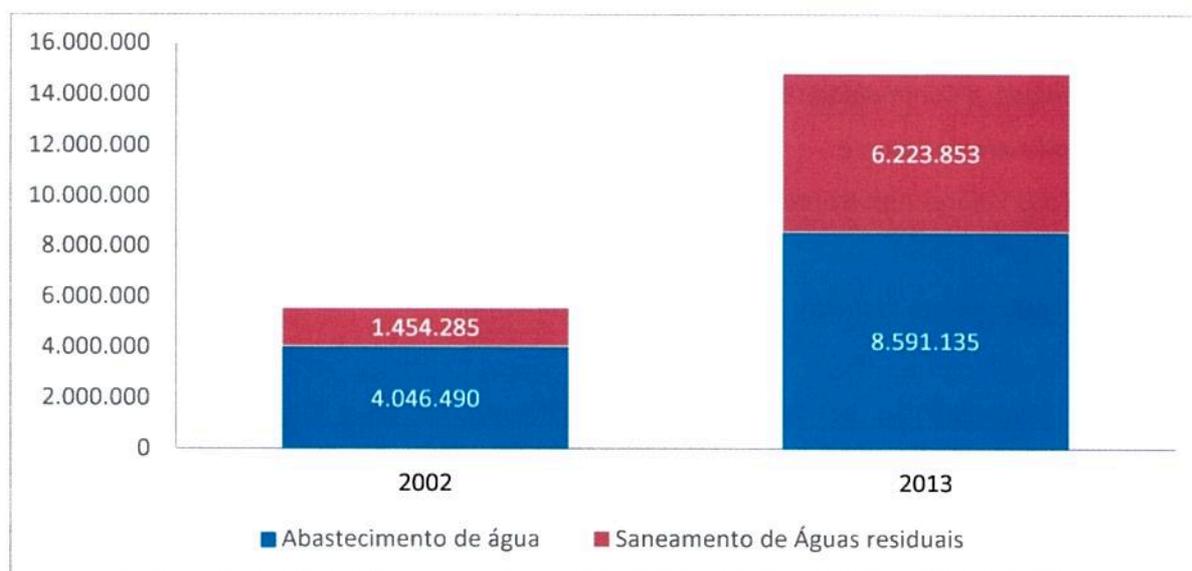
Analisados os dados da faturação em valor e em quantidade, verificamos que registamos crescimento nas quantidades e valores faturados de tarifas fixas, tanto no serviço de abastecimento de água como no serviço de saneamento de águas residuais, resultante do crescimento do número de clientes. No que às tarifas variáveis respeita registaram-se acréscimos comparativamente com o ano anterior, mas inferiores à variação percentual das tarifas fixas, havendo um decréscimo de volume de água faturada por cliente.

Atividade	Valor (€)			Variação 13/12
	2011	2012	2013	
Abastecimento de água	8.634.614	8.263.541	8.591.135	
- Tarifa Variável	6.475.167	5.534.401	5.778.072	4,40%
- Tarifa Fixa	2.159.447	2.729.140	2.813.063	3,08%
Saneamento de Águas residuais	5.167.356	5.549.066	6.223.853	
- Tarifa Variável	3.964.754	3.889.861	4.379.112	12,58%
- Tarifa Fixa	1.202.602	1.291.538	1.391.549	7,74%
- Contrato autónomo		367.668	453.192	23,26%
TOTAL	13.801.969	13.812.608	14.814.988	7,26%

1. *[Handwritten signatures and initials]*

Regista-se o crescimento substancialmente superior no saneamento, resultante do forte crescimento de clientes registado.

Desde o início de atividade da Vimágua, em Fevereiro de 2002, o montante de rendimentos relativos às principais prestações de serviços cresceu mais de 114% como resultado do acréscimo e expansão da atividade da empresa e de rigor na contratação e faturação dos serviços prestados às populações de Guimarães e Vizela, com especial destaque para o serviço público de saneamento.



Investimento

Desde o seu início de atividade e até final de 2013 a Vimágua investiu 73,9M€.

Em 2013, em face dos resultados económicos e financeiros apurados para o exercício de 2012, foi efetuada a revisão do modelo da Vimágua e conseqüente aprovação de um novo Plano Plurianual de Investimentos – PPI - para o período 2013-2017, o que determinou a aprovação de um novo Anexo II do Contrato de Gestão da Vimágua, celebrado a 2 de abril de 2008 com os Municípios de Guimarães e Vizela. Neste plano foi aprovado um investimento global, a preços de 2013, de 11 milhões de euros.

O ano de 2013 foi, assim, o primeiro ano de vigência do Plano Plurianual de Investimentos para o quinquénio 2013-2017.

Os investimentos projetados tiveram como referência o cumprimento dos objetivos estabelecidos no Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais (PEAASAR):

- 1 – *A Universalidade, a Continuidade e a Qualidade do serviço;*
- 2 – *A Sustentabilidade do Setor; e*
- 3 – *A Proteção dos Valores Ambientais.*

Nesta conformidade, foram definidas três áreas de investimento:

- I. Investimentos no sistema de abastecimento de água em alta – Nesta área de intervenção assumiu especial relevância a ampliação e remodelação da estação de captação e tratamento de água de St.^a Eufémia de Prazins (ETA). Para garantir o fornecimento de água com qualidade e quantidade em todo o território de intervenção da Vimágua, minimizando os riscos de alteração da qualidade da massa de água, mesmo em situações de emergência (períodos de chuva intensa, secas prolongadas, contaminação microbiológica e elevados níveis de turbacão), foi adjudicado um projeto de remodelação e ampliação do sistema de captação e tratamento da ETA e realizada a quase totalidade da obra, a qual foi já concluída e posta em funcionamento no início de 2014.

Este investimento permite introduzir novas operações unitárias de tratamento e o reforço das existentes, garantindo, de forma contínua, uma maior segurança da água para consumo humano, independentemente das condições da água na origem, cumprindo com a legislação em vigor, normas nacionais e europeias e recomendações da Entidade Reguladora.

No capítulo do investimento no sistema de água em alta, assumiu especial importância a conclusão e entrada em funcionamento do reservatório das minas da Penha.

- II. Investimento em expansão de redes - A universalidade tendencial do abastecimento de água e saneamento de águas residuais continua a exigir da Vimágua um significativo investimento em extensões de redes nas freguesias, com o propósito de elevar as taxas de cobertura. Nesta conformidade, foram elaborados projetos de execução para cada uma das freguesias que totalizam um investimento de cerca de 12 milhões de euros, a serem executados na cadência que vier a ser potenciada pelo futuro quadro comunitário de apoio.

Em 2013, foram investidos 811.907 euros em expansão, substituição e remodelação de redes públicas de água e saneamento nos concelhos de Guimarães e Vizela.

- III. Investimentos diversos – Neste capítulo englobámos um conjunto de investimentos instrumentais de apoio ao desenvolvimento da atividade da Vimágua e à prestação dos serviços públicos a seu cargo.

Em 2013, foram investidos 324.569 euros. Destaca-se, pela sua importância, o investimento no parque de resíduos, que entrou em funcionamento no exercício de 2013.

O investimento global realizado pela Vimágua em 2013 foi de €3.639.552.

A execução do Plano de Investimentos face ao valor previsto no Plano de Investimentos quinquenal, revisto em 2013, foi de 101,10%.

EXECUÇÃO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS 2013

CÓDIGO	PROJECTO	Previsão 2013	Execução 2013	Desvio	
				Valor	%
01	Sistema de abastecimento de água em alta				
01.01	Ampliação e Remodelação da Estação de Tratamento de Água de Prazins	2.044.475	2.089.050	44.575	102,18%
01.02	Ampliação e Remodelação da Estação de Tratamento de Água de Gondomar				
01.03	Novo Reservatório da Costa	196.787	205.081	8.294	104,21%
01.04	Reparação e remodelação de Reservatórios e Estações Elevatórias	41.448	75.379	33.931	181,86%
01.05	Substituição da Elevatória e grupo de bombagem para o Reservatório de Lordelo				
01.06	Substituição do equipamento eletromecânico em Pevidém (ZA), Pevidém (ZB)				
01.07	Conduta distribuidora Pégada - Ponte				
01.08	Reforço de abastecimento de Água (alta) – C. Elevatória Mãe d'Água – Monte Largo e substituição de troço da elev. para Mesão Frio	113.004	114.302	1.298	101,15%
01.09	Obras e equipamentos para reforço e remodelação do sistema de abastecimento de água em alta	3.570	24.234	20.664	678,83%
02	Redes de água e saneamento				
02.01	Execução de novas redes de saneamento nas freguesias	468.771	362.045	-106.726	77,23%
02.02	Execução de novas redes de água nas freguesias	80.887	40.549	-40.339	50,13%
02.03	Substituição e remodelação de redes e equipamentos de saneamento	33.904	46.773	12.869	137,96%
02.04	Substituição e remodelação de redes e equipamentos de água	32.968	118.303	85.335	358,84%
02.05	Execução de ligações domiciliárias e não domiciliárias de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais	251.725	244.237	-7.488	97,03%
03	Investimentos diversos				
03.01	Projetos de infra-estruturas de água e saneamento	59.769	33.667	-26.102	56,33%
03.02	Outros estudos e projetos	21.332	3.615	-17.717	16,95%
03.03	Terrenos	25.000	863	-24.137	3,45%
03.04	Máquinas e Viaturas	10.000		-10.000	
03.05	Equipamentos e ferramentas (exploração e produção)	48.190	93.231	45.040	193,46%
03.06	Equipamentos para telegestão	17.616	1.036	-16.580	5,88%
03.07	Equipamento Informático e Software	34.168	59.287	25.119	173,52%
03.08	Equipamento administrativo	2.868	5.442	2.574	189,77%
03.09	Estação de triagem de resíduos de S. Pedro de Azurém	85.994	90.676	4.682	105,44%
03.99	Outros investimentos	27.524	31.783	4.260	115,48%
TOTAIS		3.600.000	3.639.552	39.552	101,10%

Listagem de empreitadas com execução em 2013:

- CP 01/2012 – extensões de redes de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais na zona 1 – 2.ª fase – Fermentões
- AD 14/2012 – EXECUÇÃO DA REABILITAÇÃO/IMPERMEABILIZAÇÃO DE RESERVATÓRIOS DE ÁGUA POTÁVEL – RESERVATÓRIO DE S. PEDRO (R03) – AZURÉM – GUIMARÃES
- CP 03/2012 – substituição do reservatório de s. Roque – costa – Guimarães
- CP 05/2012 – ligação das redes de drenagem de águas residuais do avepark – freguesia de barco – Guimarães

- CP 06/2012 – REMODELAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE CAPTAÇÃO E TRATAMENTO DE STA EUFÉMIA DE PRAZINS – GUIMARÃES. 1.ª FASE – SISTEMA DE ULTRAFILTRAÇÃO
- CP 07/2012 – central de captação, tratamento e elevação de água de STA EUFÉMIA de prazins – posto de transformação
- CP 08/2012 – REFORÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA (ALTA) DA CONDUTA ELEVATÓRIA DA MÃE DE ÁGUA – RUA DA ARCELA E REMODELAÇÃO DE CONDUTAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA RUA DA ARCELA (1.ª FASE)
- CP 01/2013 - REMODELAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE CAPTAÇÃO E TRATAMENTO DE STA EUFÉMIA DE PRAZINS – GUIMARÃES. 2.ª FASE – LINHA DE ULTRAFILTRAÇÃO (OBRA DE ENTRADA, ADUTORAS, RESERVATÓRIO DE BOMBAGEM, ESTAÇÃO DE PRESSURIZAÇÃO, PAVILHÃO PARA EQ. ULTRAFILTRAÇÃO)
- CP 02/2013 – LIGAÇÃO DA REDE DE SANEAMENTO DA RUA 25 DE ABRIL AO INTERCEPTOR DO RIBEIRO DA CABRA – FREGUESIA DE INFANTAS - GUIMARÃES
- CP 03/2013 – SUBSTITUIÇÃO/REMODELAÇÃO DA CONDUTA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA RUA LAURINDA FERREIRA DE MAGALHÃES – MOREIRA DE CÓNEGOS
- CP 04/2013 - LIGAÇÃO DAS REDES DE SANEAMENTO DO BAIRRO DE STA MARIA E LOTEAMENTO DA GANDRA AO INTERCEPTOR DE SILVARES – FREGUESIA DE SILVARES - GUIMARÃES
- CP 06/2013 - AMPLIAÇÃO DA REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA PARA A TRAVESSA DA VÁRZEA, S. MIGUEL - VIZELA
- CP 07/2013 - REMODELAÇÃO / ALTERAÇÃO DE COLECTORES DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS EM VIZELA – RUA DONA ANA DE SÁ E TRAVESSA DOS CARVALHINHOS
- CP 08/2013 - EXTENSÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS NA ZONA 3 – VOLUME I – FREGUESIA DE ALDÃO_1.ª FASE – RUA PADRE JOÃO PIMENTA
- CP 09/2013 - EXECUÇÃO DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS E ABASTECIMENTO DE ÁGUA - LOCAIS DIVERSOS - TRAVESSIA DO RIO VIZELA EM MOREIRA DE CÓNEGOS - CONCELHO DE GUIMARÃES
- CP 12/2013 - EXECUÇÃO DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS DE PRAZINS STO TIRSO – COLETORES 1 E 2 – 1.ª FASE – CONCELHO DE GUIMARÃES
- CP 17/2013 – EXECUÇÃO DE LIGAÇÕES DOMICILIÁRIAS E NÃO DOMICILIÁRIAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS NOS CONCELHOS DE GUIMARÃES E VIZELA
- AD 01/2013 - FRESAGEM E REPOSIÇÃO DE PAVIMENTOS NOS CONCELHOS DE GUIMARÃES E VIZELA NO ÂMBITO DE EXTENSÕES DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS NA ZONA 2
- AD 03/2013 - REPARAÇÃO DE PAVIMENTOS EM BETÃO BETUMINOSO EM TROÇO DA ESTRADA EN207-4 (GUIMARAES – S. TORCATO)
- AD 04/2013 - REMODELAÇÃO DE ÁGUA NA RUA DE S. DÂMASO - GUIMARÃES
- AD 05/2013 - TRABALHOS VÁRIOS NO RESERVATÓRIO DAS MINHAS DA PENHA
- AD 06/2013 - REPARAÇÃO DE PAVIMENTOS EM BETÃO BETUMINOSO NAS FREGUESIAS DE STA EULALIA E S. PAIO - CONCELHO DE VIZELA
- AD 07/2013 - REPARAÇÃO DE PAVIMENTOS EM BETÃO BETUMINOSO NO ÂMBITO DA OBRA "CP 03/2004 - LOTE 3.2"
- AD 10/2013 – DAR DE PRAZINS STO TIRSO - COLETOR DA RUA DOMINGOS MACEDO
- AD 11/2013 – CONSTRUÇÃO DE BASE BETUMINOSA
- AD 12/2013 – TRABALHOS NO SISTEMA DE CAPTAÇÃO E TRATAMENTO DE STA EUFÉMIA DE PRAZINS – GUIMARÃES – GRUPO 1
- AD 13/2013 – TRABALHOS NO SISTEMA DE CAPTAÇÃO E TRATAMENTO DE STA EUFÉMIA DE PRAZINS – GUIMARÃES – GRUPO 2
- AD 15/2013 – REFORÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA RUA DA ASSOCIAÇÃO ARTÍSTICA VIMARANENSE – FREGUESIAS DE AZURÉM E FERMENTÕES - GUIMARÃES

Recursos Humanos

A política e gestão dos recursos humanos da Vimágua desenvolveu-se de acordo com as orientações definidas para o período e de forma integrada e articulada com os objetivos da empresa, com vista à melhoria dos serviços públicos prestados às populações e ganhos de eficácia da gestão global da Vimágua, nas diferentes vertentes.

Em 2013 a política de gestão de recursos humanos manteve-se condicionada pelas medidas que foram aplicadas de acordo com o Orçamento de Estado para 2013, no seguimento do que vem sendo praticado desde 2011, no âmbito das medidas adotadas no quadro do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF). Nesse contexto manteve-se em vigor a redução remuneratória, a proibição de valorizações remuneratórias, outros acréscimos remuneratórios e outras determinações.

A Vimágua continuou a aplicar em 2013 a redução remuneratória que vinha sendo cumprida desde 2011, por determinação do artigo 27.º da Lei n.º66-B/2012, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento de Estado para 2013. A redução remuneratória continua a abranger as remunerações superiores a 1.500 euros e a concretizar-se através da aplicação de uma taxa progressiva entre os 3,5% e os 10%. No que aos gestores públicos respeita, a esta medida acresce a redução de 5% da remuneração fixa mensal, já aplicada desde 1 de junho de 2010, em cumprimento da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho.

Foram cumpridas as normas relativas à proibição de valorizações remuneratórias e outros acréscimos remuneratórios, bem como as regras relativas a redução de número de trabalhadores.

De acordo com a Lei do Orçamento de Estado a Vimágua pagou o subsídio de férias na sua totalidade aos trabalhadores com remuneração mensal até 600 euros e com a redução prevista na lei aos trabalhadores com remuneração mensal entre 600 euros e 1.100 euros.

Em cumprimento da Lei n.º 36/2013, de 21 de junho, a Vimágua retomou, em junho, o pagamento do subsídio de férias a todos os trabalhadores, nos termos determinados pela lei. Foi retomado o pagamento do subsídio de Natal a todos os trabalhadores, através do regime de duodécimos

Quadro de pessoal

Importa, neste capítulo, salientar alguns indicadores que revelam aspetos evolutivos da estrutura de recursos humanos da Vimágua.

Em 31 de Dezembro de 2013 a Vimágua contava com 157 colaboradores, tendo-se registado uma redução de três colaboradores em relação ao final do exercício económico anterior. Durante o ano de 2013 foram admitidos, por contrato de trabalho sem termo, dois novos colaboradores (uma técnica superior para o Setor de Contabilidade/Tesouraria e um assistente operacional para a ETA de Sta Eufémia de Prazins) e cessaram funções cinco colaboradores (três aposentações e duas rescisões de contrato).

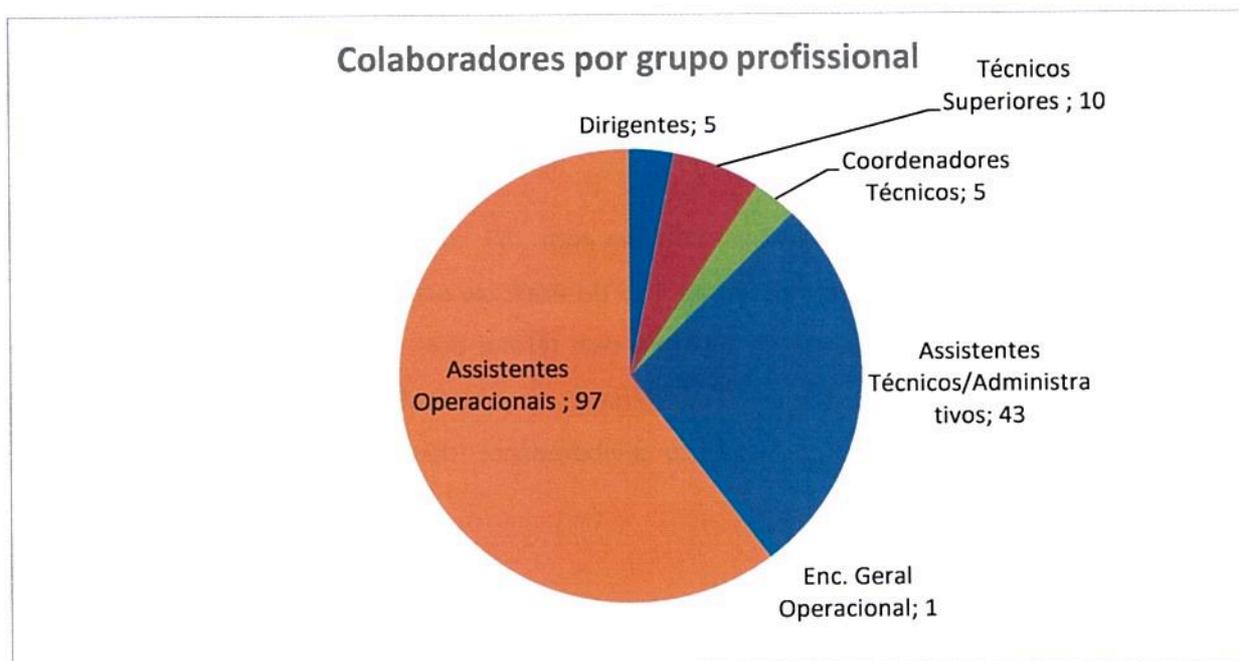
Mapa geral por grupos de pessoal

Grupo Profissional Atual	Mobilidade de Interesse Público (CMG)	Vimágua	Total
Dirigentes	5	1	5
Técnicos Superiores ^{a)}	-	10	10
Coordenadores Técnicos	4	-	5
Assistentes Técnicos/Administrativos ^{b)}	16	26	43
Enc. Geral Operacional	1	-	1
Assistentes Operacionais	58	36	97
Totais Gerais	84	73	157

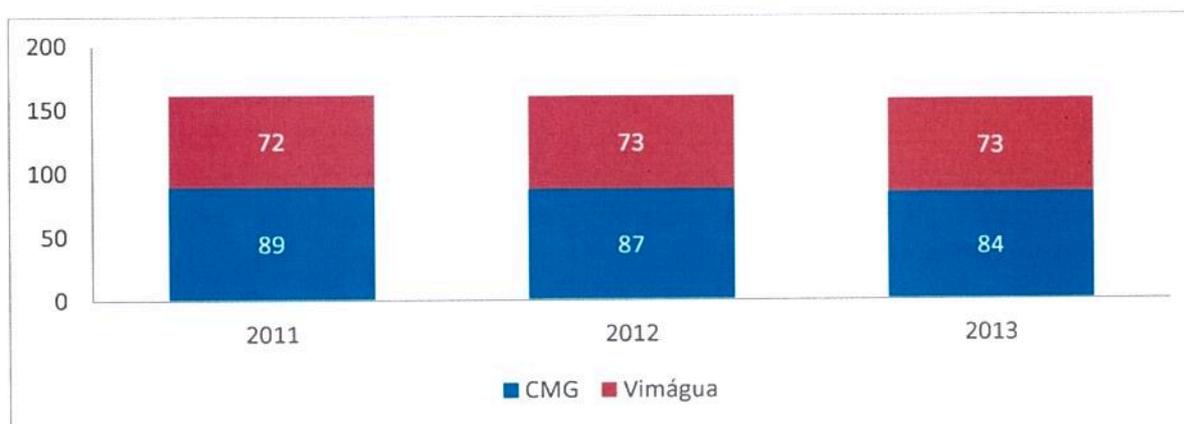
^{a)} 4 técnicos superiores (CIP) + 1 Vimágua (diretor técnico), estão a exercer funções de Dirigentes na Vimágua, E.I.M., S.A.

^{b)} 1 técnica adjunta de informática nível 3

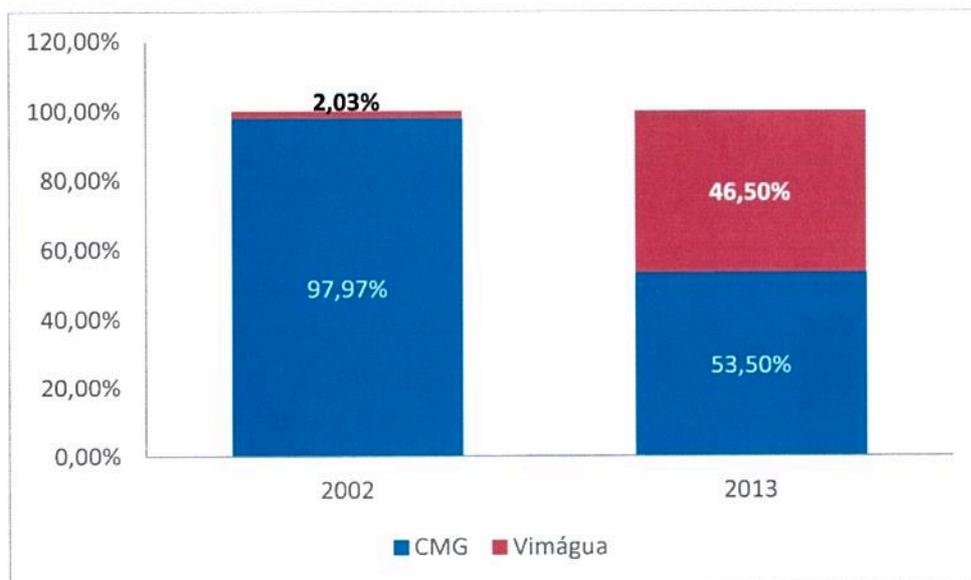
A maioria dos colaboradores da Vimágua está incluída na categoria de “Assistentes Operacionais”, com um peso de 61,8%. Os “Assistentes Técnicos/Administrativos” são a segunda categoria profissional com maior representatividade na empresa (27,4%). Estas duas categorias têm em conjunto 89,2% dos colaboradores totais da Vimágua, em final de 2013.



O quadro de efetivos da Vimágua é composto por colaboradores requisitados dos quadros do Município de Guimarães, os quais integravam o quadro dos Serviços Municipalizados à data de criação da empresa, e colaboradores entretanto recrutados, designados nos gráficos seguintes como *Vimágua*.

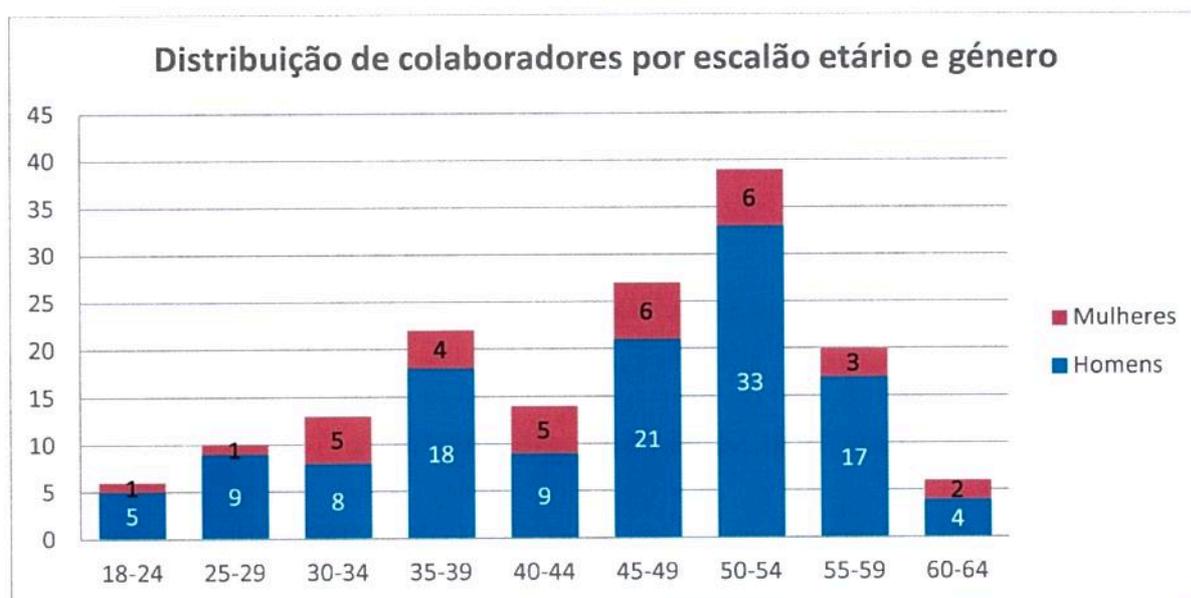


A percentagem de colaboradores recrutados pela Vimágua fixou-se em 46,5% no final de 2013. Os colaboradores do Município em regime de mobilidade diminuíram, substancialmente, desde a criação da Vimágua em 2002 passando de 97,97% para 53,50% do total dos colaboradores.

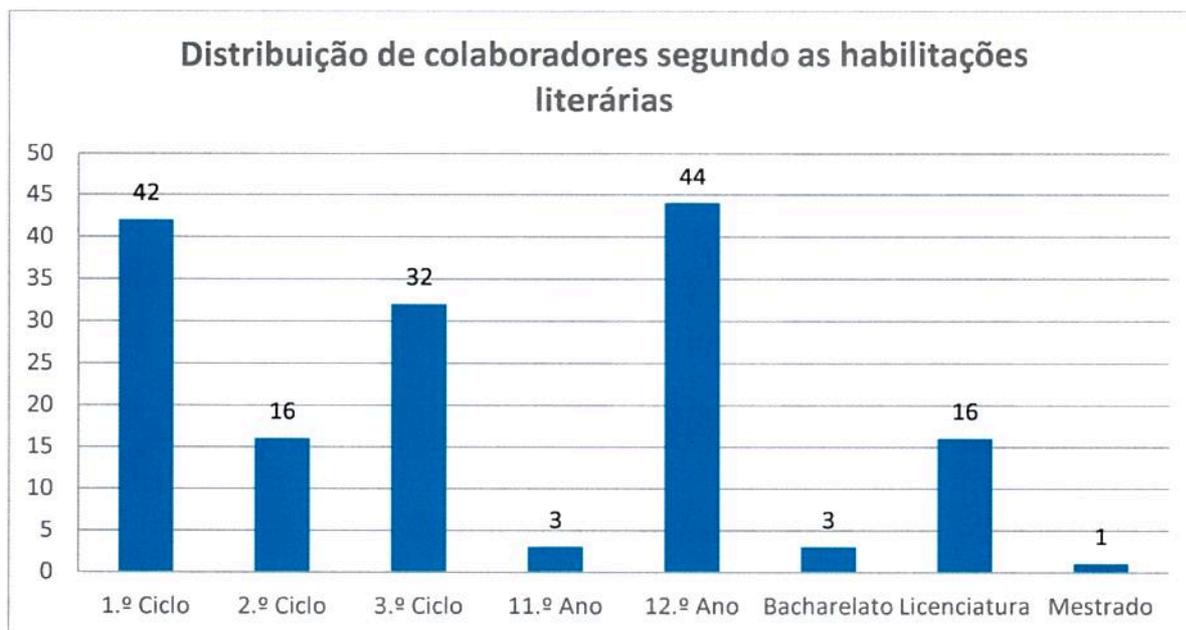


[Assinaturas manuscritas]

A maioria dos colaboradores da Vimágua é do género masculino e quase 60% dos colaboradores está em idades inferiores a cinquenta anos, o que revela uma estrutura etária equilibrada e relativamente jovem.



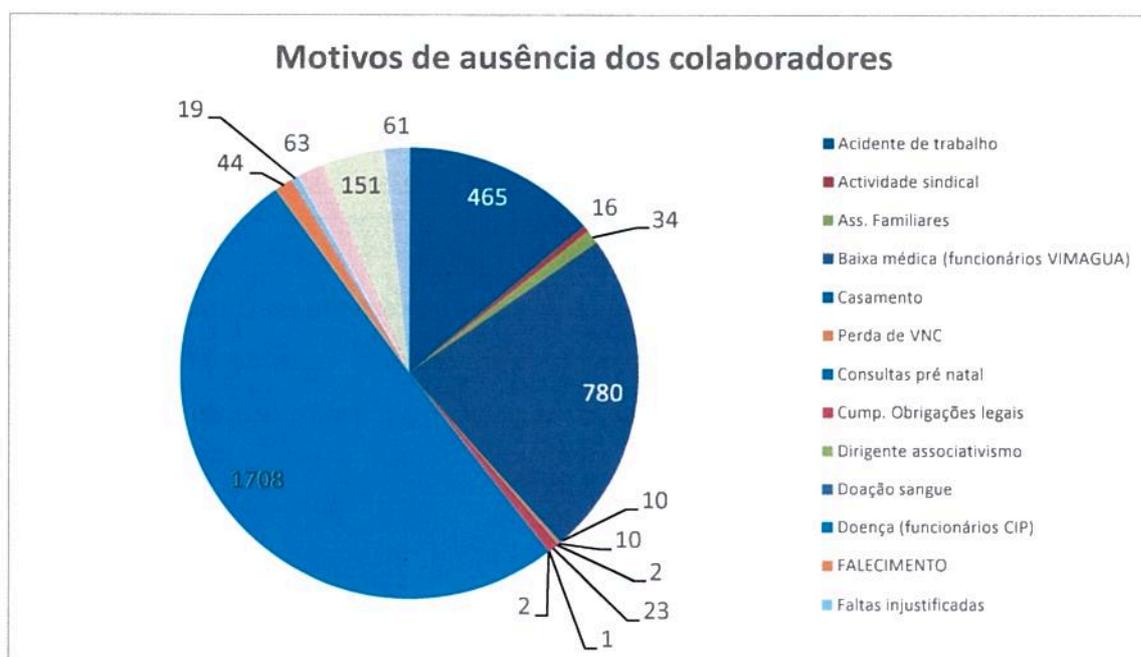
No que concerne às habilitações literárias verifica-se que no final do corrente exercício 20 colaboradores tinham o ensino superior politécnico ou universitário, representando cerca de 13% do total, 28% terminaram o ensino secundário e cerca de 27% apenas concluíram o primeiro ciclo do ensino básico.



Absentismo laboral

A taxa de absentismo verificada durante o ano de 2013 situou-se nos 8,5%. A maioria das ausências dos colaboradores da Vimágua ficou a dever-se a motivos de doença (2.488 dias), seguido do motivo de falta por acidente de trabalho (465 dias).

Os dias de absentismo registados em 2013 encontram-se ilustrados no gráfico seguinte:



Acidentes/Incidentes e Índices de sinistralidade

Durante o ano de 2013 registaram-se 22 acidentes verificando-se um grande aumento em relação ao ano anterior, onde se registaram 10 acidentes. Dos 22 acidentes ocorridos, 5 não deram origem a incapacidade temporária (I.T.) e os restantes originaram uma perda de trabalho de 311 dias úteis.

Medicina do trabalho e promoção da saúde

No domínio da medicina do trabalho realizaram-se 173 exames médicos, repartidos por exames de admissão (2), exames periódicos (153) e exames ocasionais (18). Foram ainda efetuadas 3 visitas aos locais de trabalho dos colaboradores da Vimágua.

Relativamente a ações de promoção da saúde, junto dos colaboradores da Vimágua, promoveram-se os seguintes rastreios:

- Rastreio da diabetes e da hipertensão – disponível ao longo de todo o ano;
- Rastreio auditivo - realizado em maio tendo participado 72 colaboradores;
- Rastreio nutricional - realizado em outubro tendo participado 52 colaboradores, dos quais 23 dos sexo feminino e 29 dos sexo masculino. Neste rastreio foi calculado o índice de massa corporal (IMC), avaliado o historial clínico, efetuado um diagnóstico e um plano alimentar adequado (alimentos mais corretos, alimentos a evitar, etc.).

Uma vez mais, com o objetivo de acautelar um surto de gripe sazonal, a Vimágua promoveu durante o mês de novembro uma campanha de vacinação, à qual aderiram 48 funcionários.

Por último, destacamos a adesão da Vimágua ao programa "Desfibrilhador Automático Externo - DAE" do Rotary Club de Guimarães, no ano de 2012, com formação oportuna de colaboradores, tendo o DAE ficado disponível no edifício sede no dia 12 de março de 2013.

Formação profissional

Durante o ano de 2013 foram ministradas 16 ações de formação e/ou participações em colóquios e seminários, sendo 6 realizadas internamente na empresa e 10 externas, correspondentes a 67,5 horas de formação. Estas ações tiveram 117 participações.

No quadro seguinte destacamos as ações de formação/sensibilização realizadas no âmbito da Segurança:

Formação	Objetivo	Data	Destinatários
Produtos Químicos	Reciclar e dotar novos colaboradores de conhecimentos nesta área de trabalho	Janeiro	Colaboradores do setor Monitorização de água e manutenção de equipamentos afetos à rede de água
Funcionamento do detetor de gases	Dotar os colaboradores do modo de funcionamento do novo detetor de gases.	Janeiro	Colaboradores que trabalham na atividade que envolve águas residuais.
Apresentação das instruções/procedimentos/impressos do sistema integrado qualidade/ambiente/segurança	Reciclar e dotar novos colaboradores de conhecimentos nestas áreas de trabalho	Maio	Todos os colaboradores da área técnica que realizam trabalhos de exterior.
Alimentação Saudável	Informar sobre hábitos de alimentação saudável	Outubro/Novembro	Todos os colaboradores
Formação prática sobre Utilização de extintores	Formar novos elementos	Novembro	Técnica de águas e colaboradores do parque de resíduos

Desempenho Económico e Financeiro

O presente título sintetiza os resultados alcançados pela Vimágua durante o ano de 2013, bem como a sua situação patrimonial e financeira em 31 de Dezembro.

Esta análise deverá ser realizada em conjugação com as demonstrações financeiras e notas anexas.

Em Abril de 2013 a Comissão de Normalização Contabilística emitiu uma nova interpretação relativa ao reconhecimento em capital próprio dos subsídios ao investimento obtidos. Segundo esta nova interpretação o imposto diferido passivo, associado àqueles subsídios, que tenha sido reconhecido em períodos anteriores deve ser reclassificado na conta “278 – Outras contas a pagar - ajustamentos em subsídios”. Esta alteração de política contabilística determina impactos ao nível da posição patrimonial da Vimágua e dos seus resultados económicos. Procedeu-se, ainda, à reclassificação dos valores faturados a título de comparticipação dos clientes nos custos com os ramais, anteriormente incluídos na rubrica “Outras variações no capital próprio”, como um Passivo, rubrica “Diferimentos” e ao desreconhecimento do imposto diferido passivo associado. O valor respeitante aos derivados de cobertura foi reclassificado da rubrica de “Financiamentos obtidos” para a de “Outros Passivos Financeiros”.

Assim, no sentido de garantir a comparabilidade de valores, a informação relativa a 2011 e 2012 foi reexpressa de forma a estar de acordo com a referida interpretação e permitir a comparabilidade da informação analisada no presente relatório.

Situação Económica

A situação económica da Vimágua, atentos os resultados apurados no exercício de 2013, é positiva, reforçando e consolidando o resultado das medidas de viabilização adotadas ao abrigo do Plano de Viabilidade e Contrato de Gestão em vigor.

A Vimágua terminou o ano de 2013 com um resultado líquido de 406.861 euros, ligeiramente inferior ao resultado do exercício económico de 2012.

Os rendimentos operacionais registaram um acréscimo de 849.200 euros (5,11%) face aos registados no exercício de 2012,, resultado do já referido crescimento de clientes, com maior expressividade para o crescimento dos rendimentos operacionais relativos ao serviço de saneamento (+8,13%).

Rendimentos operacionais				
euros	2011	2012	2013	Δ% 13/12
Vendas e prestações de serviços	15.129.437	14.874.934	15.726.854	5,73%
Venda de água	6.475.167	5.534.401	5.778.072	4,40%
Venda material	6.209	21.400	17.118	-20,01%
Prestações de serviços - saneamento	6.067.755	6.361.075	6.878.450	8,13%
Prestações de serviços - água	2.466.399	2.848.126	2.939.480	3,21%
Outros serviços	113.907	109.932	113.735	3,46%
Outros rendimentos e ganhos	1.728.558	1.753.328	1.750.608	-0,16%
Rendimentos operacionais	16.857.995	16.628.262	17.477.462	5,11%

Os gastos operacionais, em termos globais, registaram um acréscimo de 1.192.391 euros, totalizando no exercício económico em análise 15.720.039 euros (+8,21%).

Os gastos relativos ao tratamento de águas residuais, serviço prestado em 2013 pela empresa Águas do Noroeste, S.A., tiveram um crescimento muito significativo (+22,09%) e com um contributo decisivo para a redução de resultados operacionais, não obstante a variação positiva dos rendimentos operacionais e o crescimento moderado de outras rubricas de gastos operacionais. Os gastos com o tratamento cresceram 812.830 euros comparativamente com o ano de 2012, quando em 2012 tinham crescido 48.157 euros relativamente a 2011, sendo um fator que terá de ser controlado sob pena de criar desequilíbrio na atividade da Vimágua. De facto, o volume de caudal faturado pela Águas do Noroeste sofre um forte acréscimo em meses de maior pluviosidade em resultado das infiltrações de águas pluviais no sistema, o que não pode continuar a ser suportado pela Vimágua e pelos seus clientes, urgindo uma solução para este problema. Continuam a ganhar peso relativo na estrutura de gastos operacionais, passando de 24,93%, em 2011, para 28,58%, em 2013.

Gastos operacionais

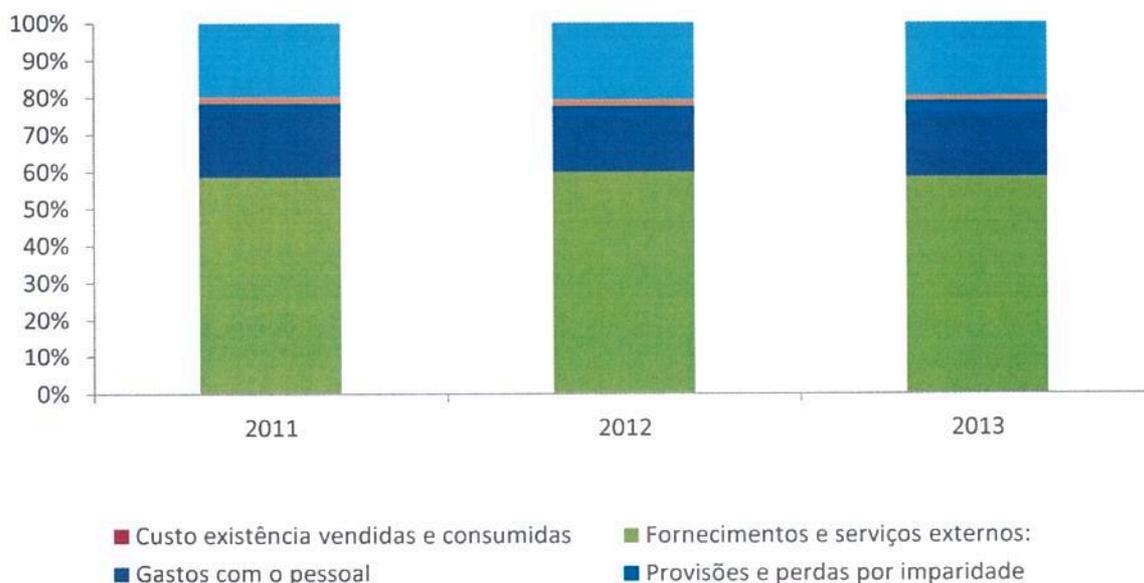
euros	2011	2012	2013	Δ% 13/12
Custo existências vendidas e consumidas	38.274	35.823	35.031	-2,21%
Fornecimentos e serviços externos:	8.493.450	8.675.243	9.163.889	5,63%
Subcontrato - tratamento de águas residuais	3.631.554	3.679.711	4.492.541	22,09%
Contrapartida pela utilização dos bens dos Municípios	1.654.831	1.595.778	1.115.279	-30,11%
Outros fornecimentos e serviços externos	3.207.065	3.399.754	3.556.069	4,60%
Gastos com o pessoal	2.647.971	2.275.208	2.638.285	15,96%
Provisões e perdas por imparidade	255.320	299.876	599.832	100,03%
Outros gastos operacionais	230.046	237.174	180.662	-23,83%
Amortizações e depreciações	2.902.627	3.004.324	3.102.340	3,26%
Gastos operacionais	14.567.689	14.527.648	15.720.039	8,21%

Importa realçar, desde logo pelo seu peso relativo na estrutura de gastos, a redução do valor da contrapartida devida pela utilização dos bens dos Municípios, a qual segue o regime de preços de transferência através do método da repartição do lucro, ou seja, varia em função dos resultados apurados antes de impostos e sem contrapartida. Assim, em 2013 a contrapartida contabilizada em gastos operacionais foi de 1.115.279 euros.

Realça-se o acréscimo dos gastos com pessoal (+363.077 euros ou +15,96%), em resultado da reposição, em 2013, do subsídio de Natal. Não obstante o valor deste ano é inferior ao de 2011 (-9.686 euros) devido à diminuição de colaboradores a par das reduções remuneratórias determinadas para a administração pública e setor empresarial do estado e local.

Também de registar a subida dos gastos relativos a provisões e perdas por imparidade (+299.956 euros mais do dobro do valor do ano anterior), das amortizações e depreciações (+98.016 ou +3,26%) e outros fornecimentos e serviços externos (+156.315 euros ou +4,60%).

Os gastos com fornecimentos e serviços externos, que detêm tradicionalmente um peso decisivo na estrutura de custos, corresponderam a 58,29% dos gastos operacionais, um peso idêntico ao exercício anterior.



O resultado operacional do exercício económico de 2013 da Vimágua ascendeu a 1.757.423 euros, diminuindo 343.192 euros em relação ao exercício anterior, valor resultante do acréscimo de gastos relativo ao serviço de tratamento de águas residuais (+812.830 euros), efeito atenuado pelo crescimento de proveitos operacionais e diminuição do valor da contrapartida pela utilização das infraestruturas dos Municípios.

O resultado financeiro negativo resulta do pagamento dos encargos relativos ao financiamento do investimento, através do empréstimo de longo prazo, os quais totalizaram no exercício económico a que reporta o presente relatório 1.182.885 euros, inferior ao valor registado no ano anterior (-7,48%).

O resultado líquido do exercício foi de 406.861 euros, tendo o EBITDA registado um decréscimo de 245.175 euros (-4,80%).

Resultado Líquido

euros	2011	2012	2013	Δ% 13/12
EBITDA	5.202.452	5.104.938	4.859.763	-4,80%
Amortizações e depreciações	2.902.627	3.004.324	3.102.340	3,26%
Resultados operacionais	2.290.306	2.100.615	1.757.423	-16,34%
Resultados antes de impostos	852.489	822.067	574.538	-30,11%
Imposto sobre o rendimento	252.069	266.695	167.677	-37,13%
Resultado líquido do exercício	600.420	555.372	406.861	-26,74%

Importa salientar, o impacto sobre o rendimento do exercício da alteração de política contabilística já evidenciada, sendo o imposto diferido passivo, associado aos subsídios ao investimento, que tenha sido reconhecido em períodos anteriores reclassificado na conta “278 – Outras contas a pagar - ajustamentos em subsídios” passando a valores positivos de imposto, contrariamente ao apurado nos exercícios anteriores e que agora foram reexpressos de acordo com a nova política e, cujo detalhe consta do anexo às Demonstrações Financeiras.

O *Cash flow* bruto totalizou 4.276.710 euros, mais 150.443 euros que o atingido no anterior (+3,65%), em resultado, essencialmente, do acréscimo da variação das provisões e perdas por imparidade (+100,03%).

O autofinanciamento baixou de 143% para 122% devido ao maior volume de investimentos, significando que a Vimágua não esgotou os *cash flows* gerados.

Cash flow líquido e investimento

euros	2011	2012	2013	Δ% 13/12
Resultados antes de impostos	852.489	822.067	574.538	-30,11%
Amortizações e depreciações	2.902.627	3.004.324	3.102.340	3,26%
Variação das provisões e perdas por imparidade	255.320	299.876	599.832	100,03%
<i>Cash flow</i> bruto	4.010.436	4.126.267	4.276.710	3,65%
Imposto sobre o rendimento	252.069	266.695	167.677	-37,13%
Resultados distribuídos				
<i>Cash flow</i> líquido	4.262.505	4.392.962	4.444.387	1,17%
Investimento	1.584.260	3.076.085	3.639.552	18,32%
Autofinanciamento	269%	143%	122%	-14,49%

Situação Financeira e Patrimonial

A demonstração da posição financeira da Vimágua em 31 de Dezembro de 2013 apresenta um ativo líquido de 58.266.039 euros, evidenciando um decréscimo de 2,65% face a 31 de Dezembro de 2012 em resultado da redução de disponibilidades e dívidas de clientes ativos.

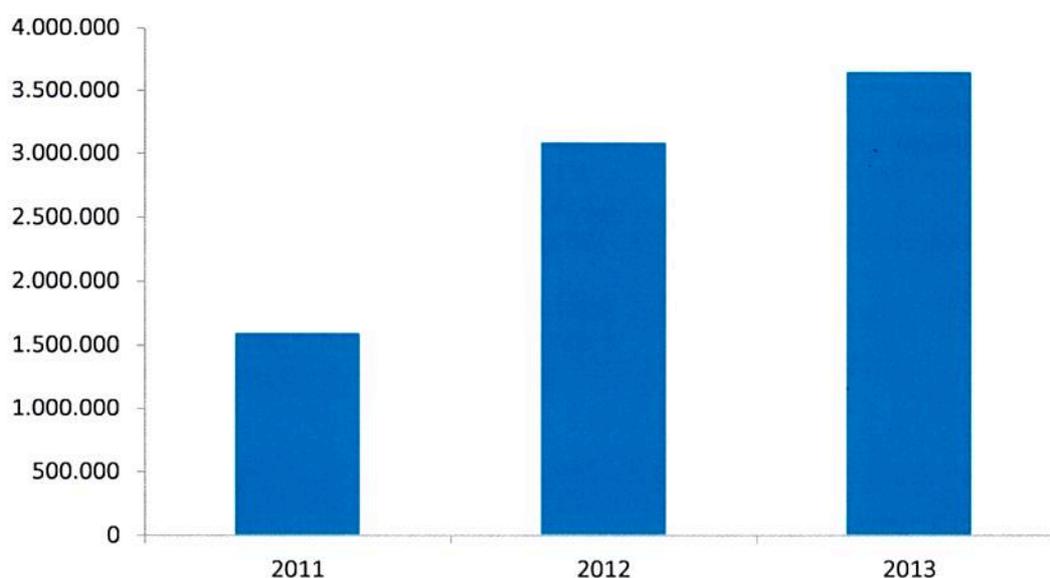
Ao nível do ativo realça-se a redução das disponibilidades (-703.512 euros) devido ao aumento de investimento e pagamentos de dívidas relativas a contrapartida aos Municípios.

Tal como no exercício anterior, também em 2013 diminuámos o passivo relativo a financiamento obtido, através dos pagamentos de capital (-1.086.143 euros), os quais passaram a ser obrigatórios atento o fim antecipado do período de carência de capital.

Posição financeira				
euros	31-12-2011	31-12-2012	31-12-2013	Δ% 13/12
Ativo não corrente	50.137.972	49.942.933	49.965.391	0,04%
Ativo corrente	13.365.914	9.910.312	8.300.648	-16,24%
Total do ativo	63.503.886	59.853.245	58.266.039	-2,65%
Capitais permanentes	48.533.412	44.247.633	43.249.479	-2,26%
Passivo corrente	14.970.475	15.605.613	15.016.560	-3,77%
Total do passivo + capital próprio	63.503.886	59.853.245	58.266.039	-2,65%

O capital próprio da empresa manteve-se estável, registando uma ligeira diminuição (-64.992 euros).

O valor dos investimentos, em 2013, foi o maior do último triénio, o qua, registou tendência crescente.



Os rácios económicos revelam uma situação positiva e mantendo-se no essencial idêntica ao ano anterior, com decréscimo das margens EBITDA e EBIT em resultado do acréscimo de custos com o tratamento de águas residuais. Os rácios financeiros refletem, nomeadamente no indicador de liquidez geral (-8,23 p.p.), o decréscimo de disponibilidades já referido, tendo um valor muito confortável a par do indicador de solvabilidade e de autonomia financeira, evidenciando de forma clara a estabilidade financeira da Vimágua.

Rácios

Económicos	2011	2012	2013	Δ p.p. 13/12
Margem bruta/rendimentos operacionais	30,80%	30,70%	27,81%	-2,89
Resultado operacional/rendimentos operacionais	13,59%	12,63%	13,10%	0,47
Resultado líquido/rendimentos operacionais	6,09%	6,01%	3,44%	-2,57
Resultado líquido/capital próprio	3,86%	4,02%	3,11%	-0,91

Financeiros	2011	2012	2013	Δ p.p. 13/12
Liquidez geral	89,28%	63,50%	55,28%	-8,23
Autonomia financeira	33,61%	32,40%	33,17%	0,77
Solvabilidade	24,53%	26,51%	30,72%	4,20
Fundo de maneo	0,89	0,64	0,55	-8,23

Execução previsional

Apresenta-se de seguida a execução da Demonstração Previsional de Resultados aprovada e revista em 2013, com os respetivos desvios:

Execução da Demonstração Previsional de Resultados 2013

	Previsão 2013 revista	Execução 2013	Desvio	
			Valor	(%)
Vendas e serviços prestados	15.696.112	15.726.854	30.742	0,20%
Vendas de material	21.699	17.118	-4.582	-21,11%
Vendas de água	6.310.210	5.778.072	-532.138	-8,43%
Prestações de serviços - água	3.073.722	2.939.480	-134.243	-4,37%
Prestações de serviços - saneamento	6.200.271	6.878.450	678.179	10,94%
Tarifas de ligação	412.007	654.243	242.235	58,79%
Saneamento de águas residuais	5.788.117	6.223.853	435.736	7,53%
Outros	146	354	208	142,60%
Outras prestações de serviços	90.210	113.735	23.525	26,08%
Outros rendimentos operacionais	1.640.305	1.750.608	110.303	6,72%
Trabalhos para a própria entidade		1.568	1.568	-nd-
Imputação de subsídios p/ investimentos	949.125	981.754	32.629	3,44%
Imputação de subsídios p/ ramais	691.180	713.866	22.686	3,28%
Outros rendimentos e ganhos	0	53.420	53.420	-nd-
			0	-nd-
Total de proveitos operacionais	17.336.417	17.477.462	141.045	0,81%
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	-38.844	-35.031	3.813	-9,82%
Matérias-primas	-38.844	-35.031	3.813	-9,82%
Fornecimentos e serviços externos	-8.818.038	-9.163.889	-345.851	3,92%
Sub-contrato tratamento de águas residuais	-4.060.206	-4.492.541	-432.335	10,65%
Contrapartida pela utilização das infra-estruturas	-1.163.565	-1.115.279	48.286	-4,15%
Outros FSEs	-3.594.267	-3.556.069	38.198	-1,06%
Gastos com pessoal	-2.718.142	-2.638.285	79.857	-2,94%
Outros gastos operacionais	-172.091	-180.662	-8.571	4,98%
Total de custos operacionais antes de amortizações, provisões e perdas por imparidade	-11.747.116	-12.017.867	-270.751	2,30%
Amortizações e depreciações	-3.353.622	-3.102.340	251.282	-7,49%
Provisões e perdas por imparidade	-470.000	-599.832	-129.832	27,62%
Total de custos operacionais	-15.570.738	-15.720.039	-149.301	0,96%
EBIT	1.765.679	1.757.423	-8.256	-0,47%
Margem EBIT	11,25%	11,17%	-0,07	
Gastos e perdas financeiros	-1.178.747	-1.182.885	-4.138	0,35%
Rendimentos e ganhos financeiros				
Resultados financeiros	-1.178.747	-1.182.885	-4.138	0,35%
Resultados antes de impostos	586.932	574.538	-12.394	-2,11%
Imposto sobre o rendimento	271.299	-167.677	-438.975	-161,81%
Impostos sobre Lucros	-16.594	-29.224	-12.630	76,11%
Impostos Diferidos	287.893	-138.453	-426.345	-148,09%
Resultado líquido do período	858.231	406.861	-451.370	-52,59%
Margem Líquida	4,95%	2,33%	-2,62	

Artigo 62.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto

Nos termos do artigo 62.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, as empresas locais são obrigatoriamente objeto de deliberação de dissolução quando não cumpram com os seguintes requisitos:

a) Nos últimos três anos as vendas e prestações de serviços cobrem, pelo menos, 50% dos gastos totais dos respetivos exercícios

	Vendas e prestações de serviços	Gastos totais incorridos	% Vendas e prestações de serviços nos Gastos totais Incorridos
2013	15.726.854	16.902.924	93,04%
2012	14.874.934	15.806.195	94,11%
2011	15.129.437	16.015.025	94,47%
Requisito cumprido			

b) Nos últimos três anos o peso contributivo dos subsídios à exploração é inferior a 50 % das suas receitas

	Prestação de serviços e outros rendimentos	Subsídios à exploração	% Subsídios na totalidade de Prestação de serviços e outros rendimentos
2013	17.477.462	0	0,00%
2012	16.628.262	0	0,00%
2011	16.857.995	0	0,00%
Requisito cumprido			

c) Nos últimos três anos o EBITDA é positivo

	Resultado operacional	Amortizações e depreciações	EBITDA
2013	1.757.423	3.102.340	4.859.763
2012	2.100.615	3.004.324	5.104.938
2011	2.290.306	2.902.627	5.192.933
Requisito cumprido			

d) Nos últimos três anos o resultado líquido é positivo

Resultado líquido	
2013	406.861
2012	555.372
2011	600.420

Requisito cumprido

Gestão dos riscos financeiros

O risco financeiro ao qual se encontra exposta a Vimágua é diverso e envolve risco de taxas de juro, de crédito e de liquidez.

- Risco de mercado

Reveste-se de particular importância, no âmbito da gestão de risco de mercado, o risco de taxa de juro. O risco da taxa de juro é essencialmente resultante do endividamento da Vimágua indexado a taxas variáveis, que pode expor o custo da dívida a um risco de volatilidade.

A adequada gestão de risco de taxa de juro leva a que a Vimágua tente otimizar o balanceamento entre o custo da dívida e a exposição à variabilidade das taxas, através da sua fixação em empréstimos de longo prazo.

- Risco de crédito

O risco de crédito está essencialmente relacionado com os saldos a receber de clientes e outros devedores, relacionados com a atividade operacional da empresa. O agravamento das condições económicas ou adversidades que afetem a economia a uma escala local ou nacional podem originar a incapacidade dos clientes da Vimágua para saldar as suas obrigações, com eventuais efeitos negativos nos resultados.

Os montantes apresentados no Balanço encontram-se líquidos das perdas acumuladas de imparidade para cobranças duvidosas, estimadas pela Vimágua, estando portanto ao justo valor.

- Risco de liquidez

O objetivo da política de gestão de risco de liquidez é garantir que a Vimágua tem capacidade para liquidar ou cumprir as suas responsabilidades e prosseguir as estratégias delineadas, cumprindo todos os compromissos com terceiros no prazo estipulado.

A Vimágua define como política ativa: manter um nível suficiente de recursos livres e imediatamente disponíveis para fazer face aos pagamentos necessários no seu vencimento e minimizar o custo de oportunidade de detenção de liquidez excedentária no curto prazo. Procura, ainda, compatibilizar os prazos de vencimentos de ativos e passivos, através de uma gestão agilizada das suas maturidades.

Perspetivas Futuras

O Acordo de Parceria proposto à Comissão Europeia estabeleceu como uma das prioridades de financiamento para o período 2014-2020 o abastecimento de água e o saneamento de águas residuais, enquadrados no eixo temático “Sustentabilidade e eficiência no uso de recursos”.

O objetivo temático “ Preservar e proteger o ambiente e promover a utilização eficiente dos recursos” incorpora, entre outros, os seguintes objetivos específicos:

- Assegurar a qualidade e a sustentabilidade dos serviços prestados às populações de abastecimento de água e saneamento de águas residuais.
- Otimizar a gestão eficiente dos recursos existentes (ativos do ciclo urbano da água, gestão dos sistemas e recursos hídricos).
- Promover a reabilitação de coletores com vista à redução de aflúncias de águas pluviais aos sistemas públicos de drenagens de águas residuais;

No que respeita ao abastecimento de água, as prioridades dirigem-se para o reforço e melhoria da monitorização de consumos de água e para a gestão eficiente de ativos, designadamente:

- A reabilitação dos sistemas públicos de distribuição e adução de água, para redução de perdas.
- Fecho de redes de abastecimento de água.
- Minimização de perdas de água.
- Estudos e redes de monitorização e modelação.

Neste contexto, os investimentos futuros da Vimágua serão orientados para a maximização da utilização dos fundos comunitários que venham a ser alocados ao ciclo urbano da água.

No que respeita ao sistema de abastecimento de água em alta temos como base de investimento, para 2014, 564.039 Euros por forma a prosseguir os melhoramentos na ETA de Prazins e para promover a reparação e remodelação de reservatórios e estações elevatórias. A futura construção de novos reservatórios permitirá uma melhor gestão dos consumos energéticos e a constituição de reservas estratégicas que garantam a continuidade do abastecimento de água, mesmo que ocorram incidentes na ETA ou nas principais redes adutoras.

No que concerne às redes de água e de saneamento em baixa, temos previsto um montante de investimento base de 1.126.813 Euros, em extensões e substituição de redes nas freguesias.

O regime de tarifas praticado pela Vimágua cumpre o disposto no Contrato de Gestão, sendo que o principal fator de crescimento das tarifas decorre do aumento de 5% do preço praticado no tratamento das águas residuais pelo sistema multimunicipal Águas do Noroeste.

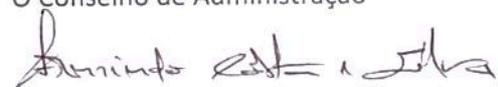
A Vimágua mantém a classificação de “Bom” no indicador de acessibilidade económica ao serviço. Estaremos, todavia, atentos à evolução da realidade socioeconómica e da sua adequação às regras dos tarifários social e familiar, tendo já decidido em 2013, na decorrência do reconhecimento da importância do trabalho desenvolvido pelas I.P.S.S., alterar as condições de aplicação do tarifário especial que lhes era já aplicado, reduzindo o escalão máximo de preço da água a faturar, do quarto para o terceiro escalão dos utilizadores domésticos.

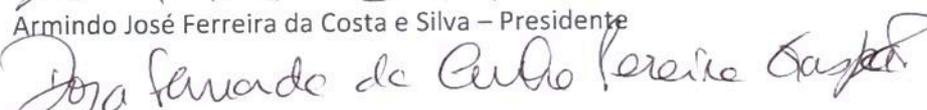
Queremos focalizar-nos na operacionalidade dos sistemas, melhorar o relacionamento com os utentes dos serviços, pugnando pelo aprofundamento de uma cultura organizacional voltada para a eficiência e eficácia em todas as áreas de intervenção.

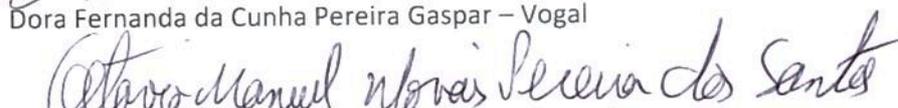
Proposta de Aplicação de Resultados

Nos termos do disposto na alínea f), do número 1, do artigo 19.º dos Estatutos da Vimágua, o Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido do Exercício de 2013, no montante de €406.861 (quatrocentos e seis mil oitocentos e sessenta e um euros), seja transferido para a conta de Resultados Transitados da empresa, para cobertura de prejuízos acumulados.

O Conselho de Administração


Armindo José Ferreira da Costa e Silva – Presidente


Dora Fernanda da Cunha Pereira Gaspar – Vogal


Octávio Manuel Novais Pereira dos Santos – Vogal

Considerações Finais

A sustentabilidade tem sido, ao longo dos vários exercícios, a palavra de ordem para descrever a atividade da Vimágua e o princípio orientador da gestão da empresa.

Os resultados económico-financeiros e a análise aos principais indicadores económicos revelam que a Vimágua cumpre os seus objetivos, no respeito pela Lei, pelos seus acionistas, pelos utentes do serviço, pelos fornecedores e demais prestadores de serviço que conosco colaboram.

Rigor, exigência e um forte sentido de serviço continuarão a presidir à atuação da Vimágua, buscando a cada passo afirmar-se como um valioso capital para os Municípios de Guimarães e Vizela.

Aos Municípios de Guimarães e Vizela, à Agência Portuguesa do Ambiente I.P. – ARH-Norte, à CCDR-n, à ERSAR, ao Aces do Ave, aos nossos utentes e a todos quantos conosco colaboram, deixamos o nosso profundo agradecimento, sendo o seu contributo de inestimável importância para o bom desempenho da Vimágua.

Importa, ainda, inscrever um agradecimento especial a todos os trabalhadores da Vimágua que apesar das dificuldades e constrangimentos que o País atravessa souberam responder com empenho, competência e profissionalismo no exercício das suas funções em prol de um serviço público essencial.

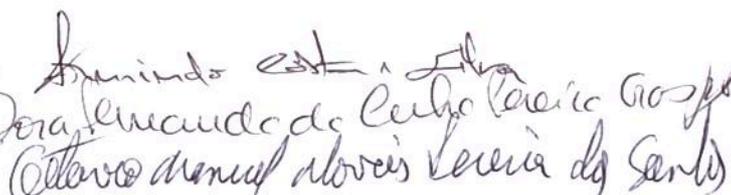
Por último é de relevar a importância para a Vimágua do seu cessante Presidente da Assembleia geral, o Senhor Dr. António Magalhães, que sempre pugnou desde a criação da empresa por criar todas as condições para que o trabalho que se veio a desenvolver pudesse ter o efeito que se auspiciava na área de intervenção da Vimágua. Foi sempre uma voz presente, atenta e colaborante, pelo lhe deixamos aqui o nosso profundo agradecimento e reconhecimento, também pessoal.

O Conselho de Administração,

Armando José Ferreira da Costa e Silva – Presidente

Dora Fernanda da Cunha Pereira Gaspar – Vogal

Octávio Manuel Novais Pereira dos Santos – Vogal



Demonstrações financeiras

Nos termos da Lei e dos Estatutos, o Conselho de Administração da Vimágua – Empresa de Água e Saneamento de Guimarães e Vizela, EIM, S.A., vem submeter à apreciação da Assembleia-Geral desta Empresa as Contas do exercício económico de 2013.

O presente documento contém as seguintes Demonstrações Financeiras:

- Balanço;
- Demonstração dos Resultados por Naturezas;
- Demonstração das Alterações no Capital Próprio;
- Demonstração de Fluxos de Caixa e respetivo anexo;
- Anexo às Demonstrações Financeiras.

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2013	31-12-2012
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	7	49.294.525	48.863.367
Ativos intangíveis	8	83.619	10.519
Ativos por impostos diferidos		587.247	1.069.047
		49.965.391	49.942.933
Ativo corrente			
Inventários	9	614.821	659.214
Clientes	11	1.863.651	2.210.301
Adiantamentos a fornecedores		53.268	25.672
Estado e outros entes públicos	12	567.061	428.317
Outras contas a receber	13	1.521.869	2.166.549
Diferimentos		59.571	96.342
Caixa e depósitos bancários	4	3.620.406	4.323.918
		8.300.648	9.910.312
Total do ativo		58.266.039	59.853.245
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado		500.000	500.000
Outros instrumentos de capital próprio		12.240.000	12.240.000
Resultados transitados	19.2	-4.888.404	-5.819.574
Outras variações no capital próprio		11.071.121	11.918.771
Resultado líquido do período		406.861	555.372
Total do capital próprio		19.329.577	19.394.570
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		94.489	14.068
Financiamentos obtidos	14	16.298.905	17.413.731
Outros passivos financeiros	15	2.480.932	2.923.492
Fornecedores	16	1.466.235	528.845
Ajustamento em subsídio	17	3.579.340	3.972.927
		23.919.902	24.853.063
Passivo corrente			
Fornecedores	16	2.254.353	2.392.158
Estado e outros entes públicos	12	196.194	196.022
Financiamentos obtidos	14	1.114.635	1.085.951
Outras contas a pagar	17	4.231.411	4.483.703
Diferimentos	18	7.219.968	7.447.778
		15.016.560	15.605.613
Total do passivo		38.936.462	40.458.675
Total do capital próprio e do passivo		58.266.039	59.853.245

Assinado este dia
Dora Almeida de Leubo Pereira Gaspar
Antônio Manuel Neves Pereira dos Santos

Ensalada

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2013	2012
Vendas e serviços prestados	22	15.726.854	14.874.934
Trabalhos para a própria entidade		1.568	9.977
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	-35.031	-35.823
Fornecimentos e serviços externos	23	-9.163.889	-8.675.243
Gastos com o pessoal	24	-2.638.285	-2.275.208
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	11	-518.660	-285.808
Provisões (aumentos/reduções)		-81.172	-14.068
Outros rendimentos e ganhos	25	1.749.040	1.743.351
Outros gastos e perdas	26	-180.662	-237.174
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		4.859.763	5.104.938
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	7 e 8	-3.102.340	-3.004.324
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		1.757.423	2.100.615
Juros e rendimentos similares obtidos			0
Juros e gastos similares suportados	14 e 15	-1.182.885	-1.278.547
Resultado antes de impostos		574.538	822.067
Imposto sobre o rendimento do período	21	-167.677	-266.695
Resultado líquido do período		406.861	555.372
Resultado das atividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período			
Resultado líquido do exercício atribuível a:			
Detentores do capital da empresa mãe			
Interesses minoritários			
Resultado por ação básico		0,81	1,11

Revisado esta conta
 Para fins de de Cuba Beehive Caspa
 Celso Manuel Alves Pereira dos Santos

Erasmus

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2013

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

DESCRIÇÃO	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa mãe										Interesses minoritários	Total do Capital Próprio			
		Capital realizado	Ações (quotas próprias)	Outros instrumentos de capital próprio	Prêmios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio			Resultado líquido do período	Total	
6 POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO N ALTERAÇÕES NO PERÍODO Primeira adoção de novo referencial contabilístico Alterações de políticas contabilísticas Diferenças de conversão de demonstrações financeiras Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respetivas variações Ajustamentos por impostos diferidos Outras alterações reconhecidas no capital próprio		500.000		12.240.000			-5.819.574						11.918.771	555.372	19.394.570	19.394.570
7 RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO RESULTADO INTEGRAL OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO Realizações de capital Distribuições Entradas para cobertura de perdas Outras operações							137.349 793.821 931.170							-276.585 -555.372 -847.651	-139.236 -332.617 -471.853	-139.236 -332.617 -471.853
														406.861 -148.511 -64.992	406.861 -64.992	406.861 -64.992
10 6+7+8+10 POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO N		500.000		12.240.000		-4.888.404							11.071.121	406.861	19.329.577	19.329.577

Enisclien

*Junta Geral
Dona Irene de Luísa Leoni Guspar
Carlos Manuel Novais Pereira dos Santos*

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2012

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

DESCRIÇÃO	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa mãe										Total do Capital Próprio					
		Capital realizado	Ações (quotas próprias)	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio		Resultado líquido do período	Total	Interesses minoritários		
1	1	500.000		12.240.000		-5.349.906								18.604.817	600.420	26.595.331	26.595.331
ALTERAÇÕES NO PERÍODO																	
Primeira adoção de novo referencial contabilístico																	
Alterações de políticas contabilísticas																	
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras																	
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis																	
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respetivas variações																	
Ajustamentos por impostos diferidos																	
Outras alterações reconhecidas no capital próprio																	
2	2																
3	3																
4-2+3	4-2+3																
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO																	
RESULTADO INTEGRAL																	
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO																	
Realizações de capital																	
Realizações de prémios de emissão																	
Distribuições																	
Entradas para cobertura de perdas																	
Outras operações																	
5	5																
6=1+2+3+5	6=1+2+3+5	500.000		12.240.000		-5.819.574								11.918.771	555.372	19.394.570	19.394.570

Adunido este valor para fim de de Audi financeiro para o balanço demandado através de verificação dos dados

2013

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2013	2012
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais</u>			
Recebimentos de clientes		17.191.410	15.821.980
Pagamentos a fornecedores		-8.831.086	-9.869.696
Pagamentos ao pessoal		-2.567.791	-2.350.858
Caixa gerada pelas operações		5.792.533	3.601.426
Pagamento/recebimento de imposto sobre o rendimento		-104.039	-48.765
Outros recebimentos/pagamentos		-411.189	187.211
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		5.277.305	3.739.871
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-3.676.376	-2.251.841
Ativos intangíveis		-30.690	-49.275
Investimentos Financeiros			
Outros ativos			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis			
Ativos intangíveis			
Investimentos Financeiros			
Outros ativos			
Subsídios de investimento			
Juros e proveitos similares			
Dividendos			
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-3.707.066	-2.301.117
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realizações de capital e outros instrumentos capital próprio			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-1.086.142	-3.488.232
Juros e gastos similares		-1.108.772	-1.286.469
Dividendos			
Reduções de capital e outros instrumentos de capital próprio			
Outras operações de financiamento		-78.836	-66.803
Fluxo das atividades de financiamento (3)		-2.273.751	-4.841.504
Varição de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		-703.512	-3.402.750
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		4.323.918	7.726.668
Caixa e seus equivalentes no fim do período		3.620.406	4.323.918

Assinado e rubricado por
Dora Almeida de Almeida, Presidente da Assembleia
Cátia Manuel Novais, Secretária da Assembleia

Erasmus

ANEXO À DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

	PERÍODOS	
	2013	2012
Numerário	70.728	20.844
Depósitos bancários	3.549.678	4.303.074
Equivalentes de caixa		
Caixa e seus equivalentes	3.620.406	4.323.918
Outras disponibilidades:		
Dívidas a instituições de crédito		
Disponibilidades constantes do Balanço	3.620.406	4.323.918

Handwritten signatures:
 João Almeida de Lencastre Pereira Azeiteiro
 Octávio Manuel Almeida Pereira dos Santos

Handwritten signature:
 Wenzel

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

n.  


1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE:

Designação: VIMÁGUA – Empresa de Água e Saneamento de Guimarães e Vizela, EIM., S.A.

Sede Social: Rua Rei do Pegú, n.º 172, S. Sebastião, 4810-025 Guimarães, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Guimarães com o Número Único 505993082.

Natureza da atividade: A Vimágua tem a seu cargo a gestão do serviço de interesse geral de gestão e exploração dos sistemas públicos de captação, tratamento e distribuição de água para consumo público (CAE 36002) e de drenagem e tratamento de águas residuais (CAE 36001) na área geográfica dos municípios de Guimarães e Vizela.

Com a publicação da Lei 50/2012, de 31 de agosto, é aprovado o novo regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais pelo qual, num prazo de 6 meses, é imposta a adequação dos Estatutos do setor empresarial local ao novo regime legal. Neste sentido, foram publicados em 28 de Fevereiro de 2013 os novos Estatutos da Vimágua.

Capital Social: 500.000 euros dividido em 500.000 ações nominativas de valor nominal de 1 euro.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:

2.1 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

As demonstrações financeiras apresentadas foram preparadas de acordo com o referencial contabilístico nacional, constituído pelo Sistema de Normalização Contabilística (SNC), que integra as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF) e as Normas Interpretativas.

A apresentação destas demonstrações financeiras obedece ao preceituado nas bases de apresentação de demonstrações financeiras integrantes do SNC bem como da NCRF 1 – Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras, sendo todas as divulgações efetuadas por força das NCRF aplicáveis às

respetivas classes de ativos e/ou passivos. Teve-se, também, em conta a adoção dos modelos de demonstrações financeiras aprovados no âmbito do SNC.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros, dado que esta é a divisa utilizada no ambiente económico em que a Empresa opera.

É do entendimento da Administração que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Empresa, bem como a sua posição e desempenho financeiro e fluxos de caixa.

2.2 INDICAÇÃO E JUSTIFICAÇÃO DAS DISPOSIÇÕES DO SNC QUE, EM CASOS EXCEPCIONAIS, TENHAM SIDO DERROGADAS

Nos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem colocar em causa a imagem verdadeira e apropriada que devem transmitir aos interessados pelas informações disponibilizadas.

2.3 INDICAÇÃO E COMENTÁRIO DAS CONTAS DO BALANÇO E DA DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CUJOS CONTEÚDOS NÃO SEJAM COMPARÁVEIS COM OS DO PERÍODO ANTERIOR

As demonstrações financeiras apresentadas são comparáveis com as apresentadas para o período anterior, após as reexpressões efetuadas no período:

a) Reconciliação do Capital Próprio

EFEITOS NA POSIÇÃO FINANCEIRA - CAPITAL PRÓPRIO	
DESCRIÇÃO	VALOR
Total do Capital Próprio em 31-12-2012	24.868.686,55
Resultados Transitados	
Desreconhecimento de Impostos Diferidos dos subsídios ao investimento	443.437,24
Outras Variações no Capital Próprio	
Ramais e correspondentes impostos diferidos	-5.474.116,79
Resultado líquido do exercício	
Desreconhecimento de Impostos Diferidos dos subsídios ao investimento	-443.437,24
Total do Capital Próprio em 31-12-2012 reexpresso	19.394.569,76

b) Reconciliação do Passivo Não Corrente

EFEITOS NA POSIÇÃO FINANCEIRA – PASSIVO NÃO CORRENTE	
DESCRIÇÃO	VALOR
Total do Passivo Não Corrente em 31-12-2012	26.826.723,70
Passivos por impostos diferidos - Sub. Investimento	-3.972.927,10
Passivos por impostos diferidos – Ramais	-1.973.661,16
Outras Contas a pagar – Ajustamento em Subsidio	3.972.927,10
Total do Passivo Não Corrente reexpresso em 31-12-2012	24.853.062,54

c) Reconciliação do Passivo Corrente

EFEITOS NA POSIÇÃO FINANCEIRA – PASSIVO CORRENTE	
DESCRIÇÃO	VALOR
Total do Passivo Corrente em 31-12-2012	8.157.834,74
Diferimentos – Ramais	7.447.777,95
Total do Passivo Corrente reexpresso em 31-12-2012	15.605.612,69

d) Reconciliação do Resultado Líquido do Período

EFEITOS NA DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS	
DESCRIÇÃO	VALOR
Resultado líquido em 31-12-2012	998.809,17
Desreconhecimento de Impostos Diferidos dos subsídios ao investimento	-443.437,24
Total do Resultado líquido reexpresso em 31-12-2012	555.371,93

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS:

As demonstrações financeiras foram preparadas a partir dos registos contabilísticos da empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

3.1. BASES DE MENSURAÇÃO USADAS NA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:

(a) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas depreciações acumuladas. O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas

diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

O método de depreciação utilizado pela Empresa é o método das quotas constantes de acordo com o Decreto Regulamentar nº 25/2009 de 14 de Setembro.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada

Designação	Anos
Edifícios e outras construções	10; 12; 20
Equipamento básico	1 a 25
Equipamento de transporte	4 a 10
Equipamento administrativo	3 a 12
Outros ativos fixos tangíveis	4 a 10

As despesas de conservação e reparação (dispêndios subsequentes), que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros, são registadas como gastos no período em que são incorridas. O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou do abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e a quantia escriturada do ativo e são registados na demonstração dos resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”, consoante se trate de mais ou menos valias.

(b) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são reconhecidos sempre que sejam identificáveis, seja possível exercer o controlo sobre os mesmos, permitam que fluam benefícios económicos futuros para a Empresa, e o seu custo possa ser fiavelmente mensurado.

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas amortizações acumuladas. O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização.

As amortizações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As vidas úteis estimadas para os ativos fixos intangíveis mais significativos são conforme segue:

	Anos
Programas de Computador	<u>3</u>

O método de amortização utilizado pela Empresa é o método das quotas constantes, de acordo com o Decreto Regulamentar nº 25/2009 de 14 de Setembro.

(c) Inventários

O custo das matérias-primas e subsidiárias é valorizado com base no custo médio de aquisição, tendo sido aplicadas as definições e critérios da NCRF 18.

São registadas perdas de imparidade aos inventários nos casos em que o custo é superior ao valor estimado de recuperação.

(d) Imparidade de Ativos

A empresa avalia, à data de balanço, se há algum indício de que um ativo possa estar em imparidade. Sempre que a quantia escriturada pela qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada como um gasto na rubrica "Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis".

(e) Custo dos financiamentos obtidos

Todos os custos de financiamentos são reconhecidos como gasto do período em que são incorridos, numa base de acréscimo, de acordo com o tratamento de referência da NCRF 10.

(f) Instrumentos Financeiros:

- Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de 3 meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

- Clientes e outras contas a receber

Estas rubricas estão reconhecidas e divulgadas no balanço com base na quantia de rédito historicamente reconhecido, acrescida do IVA e, quando aplicável, de quantias de rédito de juros debitados, e deduzida de ajustamentos pelo risco de crédito não recuperável.

As imparidades reconhecidas em contas a receber foram calculadas essencialmente com base nas antiguidades dos saldos das dívidas a receber e o perfil do risco do cliente, sendo que este método equiparou-se à utilização do critério de mora considerado fiscalmente aceite em Portugal.

As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em “Imparidade de dívidas a receber”, sendo subsequentemente revertidas em resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

- Provisões

A Vimágua analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

- Financiamentos obtidos

Os empréstimos são registados no passivo ao seu valor nominal custo, sendo expressos no passivo corrente ou não corrente, dependendo de a Empresa ter ou não ter o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato, respetivamente.

O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver ocorrido liquidação, cancelamento ou expiração do financiamento.

- Fornecedores e outras contas a pagar

Estas contas estão reconhecidas pela quantia amortizável das respetivas dívidas. A Administração da empresa entende que as quantias mostradas em balanço não diferem significativamente dos justos valores das respetivas dívidas. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver ocorrido liquidação, cancelamento ou expiração da dívida.

- Instrumentos Financeiros Derivados

A Empresa utiliza derivados na gestão dos seus riscos financeiros unicamente como forma de garantir a cobertura desses riscos. Derivados para negociação (especulação) não são utilizados pela Vimágua. Os instrumentos financeiros derivados utilizados respeitam a “swaps” de taxa de juro, servindo unicamente e para cobertura do risco de taxa de juro no empréstimo obtido. Os prazos de vencimento dos juros e planos de reembolso subjacentes aos contratos de cobertura de risco são em tudo idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos contratados. A variação no justo valor é registada no ativo ou no passivo por contrapartida da rubrica dos capitais próprios “Reservas de cobertura”. Nos casos em que o instrumento de cobertura se revela ineficaz, os montantes gerados por ajustamentos ao justo valor são registados diretamente na demonstração de resultados.

(g) Reconhecimento do Rédito:

O rédito proveniente de Vendas e Serviços Prestados é reconhecido quando:

- a) são transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- b) não seja mantido um envolvimento continuado de gestão geralmente associado com a posse ou o controlo efetivo dos bens vendidos;
- c) a quantia do rédito pode ser fiavelmente mensurada;
- d) seja provável que os benefícios económicos associados com as transações fluam para a empresa;
- e) os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

As Vendas e os Serviços Prestados são reconhecidos líquidos de impostos e descontos, pelo valor a receber.

As Vendas e os Serviços Prestados são reconhecidos nos resultados operacionais do período a que dizem respeito, não obstante poderem ser recebidas em períodos diferentes, de acordo com o regime de acréscimo. Nos casos de juros debitados a clientes, essas quantias são reconhecidas em separado como rédito de juros. Foram aplicadas as definições e os critérios da NCRF 20.

(h) Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Instituição irá cumprir com todas as condições para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento de ativos fixos tangíveis estão registados em balanço na rubrica “Outras Variações no Capital Próprio” e são reconhecidos na demonstração dos resultados de cada período, com base no pressuposto de que os subsídios são imputados como rendimento do período numa base sistemática durante as vidas úteis dos ativos fixos tangíveis aos quais estão associados.

(i) Impostos sobre o rendimento

O imposto corrente e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio. Quando aplicável adotou-se a NCRF 25.

O imposto corrente a pagar é baseado no lucro tributável do período da empresa. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis noutros períodos. O lucro tributável exclui igualmente gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

São reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis, porém tal reconhecimento verifica-se unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos. Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que esteja formal ou substancialmente emitida na data de relato.

1. 

3.2. OUTRAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS RELEVANTES:

(a) Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

(b) Regime da periodização económica (acrécimo)

A Vimágua reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidas ou liquidadas são reconhecidas em "Devedores por acréscimos de rendimento"; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagas ou liquidadas são reconhecidas em "Credores por acréscimos de gastos".

(c) Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A Vimágua não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

(d) Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

(e) Classificação dos ativos e passivos não correntes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes. Adicionalmente, dada a sua natureza, as rubricas de 'Impostos diferidos' e de 'Provisões' são classificadas como não correntes.

(f) Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

(g) Contrapartida devida pela utilização das infraestruturas de água e saneamento

Nos termos da cláusula 13 do Contrato de Gestão da Vimágua é anualmente calculada a Contrapartida devida pela utilização das infraestruturas de água e saneamento, de que são proprietários os Municípios de Guimarães e Vizela, e utilizados na atividade da Vimágua.

A contrapartida é calculada segundo o método do fracionamento do lucro, havendo o seu reconhecimento sempre que os resultados antes de impostos e sem contrapartida sejam positivos:

Cálculo da Contrapartida devida aos Municípios		
Resultados antes de Impostos e sem Contrapartida		1.689.816.55
Proporção calculada aquando da aprovação do Plano de Investimentos quinquenal em vigor		66%
Contrapartida devida ao Município de Guimarães	90%	1.003.751.03
- Valor c/ IVA		1.234.613.77
Contrapartida devida ao Município de Vizela	10%	111.527.89
- Valor c/ IVA		137.179.31
Contrapartida Municípios Guimarães e Vizela		1.115.278.92
- Valor c/ IVA		1.371.793.08

No cálculo do valor a pagar aos Municípios foi utilizada a proporção de 66%, calculada nos termos do Anexo III do Contrato de Gestão:

Cálculo da Proporção	
DA _m – Extensão em metros lineares da rede de distribuição de água, da titularidade dos Municípios	792
DA _v – Extensão em metros lineares da rede de distribuição de água, da titularidade da Vimágua	326
AR _m – Extensão em metros lineares da rede de drenagem de águas residuais, da titularidade dos Municípios	500
AR _v – Extensão em metros lineares da rede de drenagem de águas residuais, da titularidade da Vimágua	420
R _m – Capacidade em metros cúbicos dos reservatórios, da titularidade dos Municípios	36155
R _v – Capacidade em metros cúbicos dos reservatórios, da titularidade da Vimágua	15600
EE _m – Capacidade em metros cúbicos por segundo das estações elevatórias, da titularidade dos Municípios	230
EE _v – Capacidade em metros cúbicos por segundo das estações elevatórias, da titularidade da Vimágua	750
P _{DA+AR} – Proporção relativa à extensão das redes dos Sistemas	
P _{R+EE} – Proporção relativa à capacidade dos reservatórios e estações elevatórias dos Sistemas	
$(DA_m + AR_m) / (DA_m + DA_v + AR_m + AR_v) = P_{(DA+AR)} = (792 + 500) / (792 + 326 + 500 + 420)$	63%
$(R_m + EE_m) / (R_m + R_v + EE_m + EE_v) = P_{(R+EE)} = (36155 + 230) / (36155 + 15600 + 230 + 750)$	69%
$(50\% \times P_{(DA+AR)} + 50\% \times P_{(R+EE)}) = P$	66%

Nos termos do Contrato de Gestão (cláusula 13.3), do Contrato de Abertura de Crédito (cláusula 21.1) e Acordo de definições (pontos 87 e 131), celebrado, em 8 de junho de 2009, com o Banco BPI, S.A. e a Caixa Geral de Depósitos, S.A., o pagamento da Contrapartida aos Municípios só se iniciaria a partir de Junho de 2015.

Contudo, com o objetivo de antecipar o pagamento da Contrapartida aos Municípios, a Vimágua celebrou com os Bancos um aditamento ao contrato de financiamento permitindo antecipar o fim do período de carência de capital dos financiamentos bem como a antecipação do pagamento das contrapartidas, em condições que permitam garantir o cumprimento dos rácios financeiros e sem pôr em causa a viabilidade da empresa e o pagamento do empréstimo.

3.3 JUÍZOS DE VALOR QUE O ÓRGÃO DE GESTÃO FEZ NO PROCESSO DE APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E QUE TIVERAM MAIOR IMPACTO NAS QUANTIAS RECONHECIDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram utilizados juízos de valor, estimativas e pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da empresa são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Administração tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acredita serem razoáveis.

3.4 PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS RELATIVOS AO FUTURO:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, mantidos de acordo com os PCGA em Portugal.

Os eventos subsequentes ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existam à data do balanço (“acontecimentos que dão lugar a ajustamentos”) são refletidos nas demonstrações financeiras da empresa. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço (“acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos”), quando materiais, são divulgados no anexo.

Não ocorreram eventos subsequentes relevantes após o termo do período em análise.

3.5 PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA DAS ESTIMATIVAS:

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do período seguinte são os que seguem:

a) Ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis / estimativas de vidas úteis

As depreciações são calculadas com base no custo de aquisição e é utilizado o método da linha reta, a partir da data em que o ativo se encontra disponível para utilização, utilizando-se as taxas que melhor refletem a sua vida útil estimada. Os valores residuais dos ativos e as respetivas vidas úteis são revistos e ajustados, se necessário em cada data de relato.

b) Registo de impostos diferidos

Os impostos diferidos são calculados com base nas diferenças temporárias e os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a respetiva base de tributação. Para a determinação dos impostos diferidos é utilizada a taxa de imposto que se espera estar em vigor no período em que as diferenças temporárias são revertidas. Os impostos diferidos ativos são revistos periodicamente e reduzidos sempre que a sua utilização deixe de ser possível.

c) Reconhecimento de perdas por imparidade em contas a receber

As perdas por imparidade para contas a receber são calculadas com base na antiguidade dos saldos das contas de terceiros e tendo por base o critério de mora considerado fiscalmente aceite em Portugal.

4. CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada pelo método direto e todas as quantias dos saldos de caixa e seus equivalentes estão disponíveis para uso.

Conta	Descrição	31 de Dezembro 2013	31 de Dezembro 2012
11	Caixa	70.728	20.844
121	Depósitos à ordem C.G.D	31.571	66.996
122	Depósitos à ordem BPI	37.706	25.851
124001	BPI/002 Conta Receitas	1.427.551	1.006.522
124002	BPI/003 Conta Reserva do serviço da dívida	1.166.592	680.115
124003	BPI/004 Conta Reserva de Investimento	886.258	2.523.590
		3.620.406	4.323.918

5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS:

Em Abril de 2013 a Comissão de Normalização Contabilística emitiu uma nova interpretação para o reconhecimento em capital próprio dos subsídios ao investimento obtidos. Segundo esta nova interpretação o imposto diferido passivo, associado àqueles subsídios, que tenha sido reconhecido em períodos anteriores deve ser reclassificado na conta “278 – Outras contas a pagar - ajustamentos em subsídios”.

Assim, tal como descrito no ponto 2.3 atrás, as demonstrações financeiras referentes ao período findo em 31 de Dezembro de 2012 foram reexpressas do seguinte modo:

- na demonstração de resultados, a rubrica “Imposto sobre o rendimento” deixou de incluir o valor de 443.437,24 €;
- no balanço, a rubrica “Passivos por impostos diferidos” foi reclassificada em “Outras contas a pagar”; o efeito do imposto diferido passivo no resultado líquido de 2012 foi reclassificado para a rubrica de “Resultados Transitados”.

Adicionalmente, foi reclassificada a verba correspondente aos valores faturados a título de comparticipação dos clientes nos custos com os ramais como um passivo, rubrica “Diferimentos”: 7.447.777,95 € (anteriormente este montante estava incluído na rubrica “Outras Variações no Capital Próprio”). Os impostos diferidos passivos reconhecidos em anos anteriores subjacentes a esta rubrica (1.973.661,16 €) foram desreconhecidos.

O valor respeitante aos derivados de cobertura (2.923.491,98 €), anteriormente incluído na rubrica de “Financiamentos obtidos”, com o objetivo de melhorar a compreensão da posição financeira, foi reclassificado para a rubrica “Outros Passivos Financeiros”.

Para além das reexpressões acima referidas, não se registaram alterações em estimativas contabilísticas com efeito no período corrente ou em períodos futuros, nem foram identificados erros materiais relativos a períodos anteriores.

6. PARTES RELACIONADAS

Os termos e condições praticados nas operações da Vimágua com as partes relacionadas, são substancialmente idênticas aos que seriam praticados com entidades independentes.

6.1. IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES RELACIONADAS:

Integrando o círculo de ligações especiais definidas na NCRF 13 encontram-se as entidades detentoras do capital da Vimágua:

O capital é detido em 90 % pela Câmara Municipal de Guimarães, pessoa coletiva com identidade comercial e fiscal 505948605 e em 10% pela Câmara Municipal de Vizela, pessoa coletiva com identidade comercial e fiscal 505 985 217

6.2. TRANSACÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS:

As transações entre a Vimágua e as Câmaras Municipais traduzem-se nos seguintes:

- faturação da Vimágua proveniente dos Serviços prestados de água/saneamento;
- faturação das Câmaras à Vimágua proveniente das contrapartidas, conforme o definido no Contrato de Gestão;
- entrega às Câmaras do valor das tarifas de lixo faturadas aos clientes por parte da Vimágua por conta das Câmaras.

Transações efetuadas durante o ano de 2013 e saldos pendentes com as entidades relacionadas:

Transações com partes relacionadas	Compras/FSE	Vendas e Prestação de Serviços	Saldos Comerciais Dividas a receber	Saldos Comerciais Dividas a Pagar
CMG	1.767.359	584.430	124.474	2.110.495
CMV	196.280	187.765	461.605	384.497

No âmbito da delegação de competências das Câmaras relativamente à faturação de tarifas de lixo aos clientes, verificou-se, no decorrer do exercício de 2013, a transferência do valor faturado pela Vimágua a título de tarifa de lixo:

- Câmara de Guimarães, o montante de 1.960.924 €;
- Câmara de Vizela, o montante de 178.726 €;

7. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

O movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

Descrição	Terrenos	Edifícios	Eq. Básico	Eq. Transporte
Quantia Bruta escriturada inicial	499.360,69	405.954,55	64.578.196,71	403.607,18
Depreciações Acumuladas Iniciais	0,00	239.225,86	19.460.705,78	354.817,33
Perdas Imparidade	0,00	0,00	0,00	0,00
Quantia líquida escriturada Inicial	499.360,69	166.728,69	45.117.490,93	48.789,85
Movimentos do período	863,07	145.827,84	-318.796,77	-15.239,16
Reclassificação Intangíveis				
Adições	863,07	185.208,62	2.687.859,21	0,00
Aquisições 1ª mão	863,07	109.052,71	718.931,00	0,00
Trabalhos própria entidade	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de AFT Curso	0,00	76.155,91	1.968.928,21	0,00
Diminuições	0,00	39.380,78	3.006.655,98	15.239,16
Depreciações	0,00	39.380,78	3.006.655,98	15.239,16
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00
Abates	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências AFT em Curso				
Quantia líquida escriturada final	500.223,76	312.556,53	44.798.694,16	33.550,69

Eq. Administrativo	Outros	AFT Curso	Total
638.659,76	66.793,17	2.940.796,69	69.533.368,75
558.862,70	56.390,20		20.670.001,87
0,00	0,00	0,00	0,00
79.797,06	10.402,97	2.940.796,69	48.863.366,88
-2.768,19	-2.009,19	664.195,39	472.072,99
			0,00
		-40.915,00	-40.915,00
26.213,59	2.433,65	675.807,81	3.578.385,95
26.213,59	2.433,65	2.720.891,93	3.578.385,95
0,00	0,00		0,00
0,00	0,00	-2.045.084,12	0,00
28.981,78	4.442,84	11.612,42	3.106.312,96
28.981,78	4.442,84		3.094.700,54
0,00	0,00		0,00
0,00	0,00		0,00
			0,00
		11.612,42	11.612,42
			0,00
77.028,87	8.393,78	3.564.077,08	49.294.524,87

Durante o exercício de 2013, os movimentos mais relevantes ocorridos nas rubricas de Ativos Fixos Tangíveis foram os seguintes:

- Na rubrica de “ Terrenos e Recursos Naturais”, o aumento deve-se ao facto de aquisição de um terreno em Airão S. João;
- Na rubrica de “Edifícios e Outras Construções”, o aumento deve-se ao investimento no Parque de Resíduos e obras na nova Delegação da Vimágua em Vizela;
- Na rubrica de “Equipamento básico” e de acordo com o plano plurianual de investimentos a Vimágua deu prioridade ao investimento nas seguintes infraestruturas:
 - Captação de água – Poço 4
 - Execução da reabilitação/ impermeabilização do reservatório de S. Pedro de Azurém
 - Substituição do Reservatório das Minas da Penha
 - Extensão de redes nas freguesias;
 - Execução e remodelação de ramais domiciliários de água e saneamento;
 - Pequenos prolongamentos e remodelação de redes de água e saneamento.
 - Abastecimento de Água à zona alta de Infantas.

Dos Ativos fixos tangíveis em curso destacamos as seguintes obras:

- AD 07-2011 -Extensões de redes de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais na zona 2;
- CP 01-2012 - Extensões de redes de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais na zona 1 (2ª Fase);
- CP 04-2012 – Execução de ligações domiciliárias e não domiciliárias de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais nos concelhos de Guimarães e Vizela;
- CP 05-2012 – Ligação das redes de DAR do Avepark- freguesia do Ave Park- freguesia de Barco;
- CP 06-2012- Remodelação e ampliação do sistema de captação e tratamento de Sta- Eufémia de Prazins- Sistema de Ultrafiltração (1ª fase);
- CP 07-2012 – Central de captação, tratamento elevação de água de Sta. Eufémia de Prazins – Posto de transformação;
- AD 12-2013 – Trabalhos no sistema de captação e tratamento de Sta Eufémia de Prazins – Grupo I;
- AD 13-2013 – Trabalhos no sistema de captação e tratamento de Sta Eufémia de Prazins - Grupo II;
- CP 01-2013 – Remodelação e ampliação do sistema de captação e tratamento de Sta. Eufémia de Prazins- Sistema de Ultrafiltração- 2ª fase – Pavilhão;
- CP 02-2013- Ligação da rede de saneamento da rua 25 de Abril ao interceptor do Ribeiro da Cabra- freguesia de Infantas – Guimarães;
- CP 03-2013- Sub. AA na Rua Laurinda F. Magalhães (com fresagem nas 2 faixas de rodagem + reparações + pinturas);

- CP 04-2013- Ligação das redes do bairro de Santa Maria e loteamento da Gandra ao interceptor de Silvaes – freguesia de Silvaes- Guimarães);
- CP 05-2013- Drenagem de águas residuais e abastecimento de água – locais diversa freguesia de Airão (S. João Baptista) e Airão (Santa Maria);
- CP 12-2013- Execução de drenagem de águas residuais de Prazins Sto. Tirso – colectores a e 2 1ª fase – Guimarães.

8. ATIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

	Programas de Computador	Intangíveis em Curso	Total
Quantia Escriturada Bruta Inicial	88.982,20		88.982,20
Amortizações Acumuladas	78.463,32	0	78.463,32
Quantia Escriturada Líquida Inicial	10.518,88	0,00	10.518,88
Reclassificação intangíveis		40.915,00	40.915,00
Adições	9.134,29	30.690,00	39.824,29
Amortizações ano	7.639,31	0	7.639,31
Total das Diminuições	7.639,31	0	7.639,31
Quantia Escriturada Líquida Final	12.013,86	71.605,00	83.618,86

O Ativo intangível que se encontra em curso refere-se à aquisição e implementação do *software NAVIA™*. Este *software* é uma ferramenta de gestão especializada para o setor das águas, concebida para suportar o dia-a-dia da gestão operacional. Uma empresa que implemente o *NAVIA™* poderá garantir, não só a gestão dos processos operacionais, como também responder aos requisitos dos sistemas normativos de gestão, de uma forma eficiente e sem sobrecarga de trabalho.

9. INVENTÁRIOS

A Vimágua tem implementado o sistema de inventário permanente:

Descrição	31 de Dezembro 2013	31 de Dezembro 2012
Materiais	614.821	667.891
TOTAL	614.821	667.891

É esperado que os inventários sejam utilizados nas prestações de serviços até 12 meses após a data das demonstrações financeiras, pelo que não foram reconhecidas quaisquer perdas por imparidade respeitantes aos inventários.

O custo das matérias consumidas reconhecido no final de cada um dos períodos foi seguinte:

Descrição	31 de Dezembro 2013	31 de Dezembro 2012
Existências iniciais	667.891	739.343
Compras	376.890	371.548
Regularização existências	(276.142)	(407.177)
Existências finais	614.821	667.891
Total	35.031	35.823

As regularizações de existências dizem respeito a saídas de armazém para a conservação de rede, e para colocação de contadores.

10. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A 31 de Dezembro de 2013 e a 31 de Dezembro de 2012, as quantias escrituradas nas rubricas de Instrumentos Financeiros apresentavam a seguinte composição:

Quantias escrituradas de cada uma das categorias de ativos financeiros e passivos financeiros	31 de Dezembro de 2013			31 de Dezembro de 2012		
	Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas	Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas
Caixa e depósitos bancários	3.620.406		3.620.406	4.323.918		4.323.918
Estado e Outros Entes Públicos	567.061		567.061	428.317		428.317
Dívidas de Clientes	3.328.902	1.465.251	1.863.651	3.156.892	946.591	2.210.301
Outras contas a receber	1.521.869		1.521.869	2.166.549		2.166.549
Adiantamentos a fornecedores	53.268		53.268	25.672		25.672
Ativos financeiros Totais	9.091.506	1.465.251	7.626.255	10.101.347	946.591	9.154.756
Dívidas a Fornecedores corrente	2.254.353		2.254.353	2.392.158		2.392.158
Dívidas a Fornecedores não corrente	1.466.235		1.466.235	528.845		528.845
Dívidas ao Estado e Outros Entes Públicos	196.194		196.194	196.022		196.022
Outras contas a pagar corrente	4.231.411		4.231.411	4.483.703		4.483.703
Outras contas a pagar não corrente	3.579.340		3.579.340	3.972.927		3.972.927
Passivos financeiros mensurados ao valor nominal Subtotais	11.727.533		11.727.533	11.573.655	0	11.573.655
Financiamentos obtidos Corrente	1.114.635		1.114.635	1.085.951		1.085.951
Financiamentos obtidos não Corrente	16.298.905		16.298.905	17.413.731		17.413.731
Financiamentos obtidos Subtotais	17.413.540		17.413.540	18.499.682	0	18.499.682
Passivos financeiros Totais	29.141.073		29.141.073	30.073.337	0	30.073.337

11. CLIENTES

A 31 de Dezembro 2013 a 31 de Dezembro de 2012, a rubrica de clientes apresentava a seguinte composição:

Descrição	31 de Dezembro 2013	31 de Dezembro 2012
Cientes Conta Corrente	1.793.889	2.140.540
Cientes Cobrança Duvidosa	1.535.013	1.016.352
Imparidade de clientes	1.465.251	-946.591
Total	1.863.651	2.210.301

Nos períodos em análise foram reconhecidas as seguintes perdas por imparidade e reversões na demonstração dos resultados:

Descrição	Saldo inicial	Reconhecidos no período	Revertidos no período	Abate direto de dívida incobrável	Saldo final
Imparidades de dívidas a receber – 31 de Dezembro 2013	946.591	518.660			1.465.251
Imparidades de dívidas a receber – 31 de Dezembro 2012	669.693	285.808	320	8590	946.591

O reconhecimento das perdas de imparidade decorreu de atrasos no pagamento, pese embora todos os esforços realizados no sentido de se obter a boa cobrança dos valores em dívida.

As imparidades reconhecidas foram calculadas com base no critério de mora considerado fiscalmente aceite em Portugal.

12. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

A 31 de Dezembro de 2013 e a 31 de Dezembro de 2012, a rubrica de “Estado e outros entes públicos” apresentava a seguinte composição:

Descrição	31 de Dezembro 2013 saldo devedor	31 de Dezembro 2013 saldo credor	31 de Dezembro 2012 saldo devedor	31 de Dezembro 2012 saldo credor
Imposto sobre rendimento	132.724		118.302	
Imposto sobre acrescentado	370.166		267.233	
Retenção na Fonte		21.572		15.643
Contribuições seg social/cga		47.378		39.394
Outras contribuições	64.171	127.243	42.782	140.985
TOTAL	567.061	196.193	428.317	196.022

Não existem dívidas em mora ao Estado e Outros Entes Públicos.

Acresce ainda referir que as outras contribuições correspondem à taxa de recursos hídricos faturadas aos clientes e a entregar quer às Aguas de Noroeste quer à Agência Portuguesa do Ambiente (ARH NORTE).

13. OUTRAS CONTAS A RECEBER

A 31 de Dezembro de 2013 e a 31 de Dezembro de 2012, a rubrica de "Outras Contas a Receber" apresentava a seguinte composição:

Conta	DESCRIÇÃO	31 de Dezembro 2013	31 de Dezembro 2012
2721	Devedores por acréscimo de rendimento	323	659
278101	Entidades financiadoras de Subsídios	45.238	323.468
278102	Devedores - Comp. de ramais	666.276	670.263
278103	Devedores – Acordos	772.810	1.047.923
278105	Devedores Coimas a cobrar	26.421	26.946
278106	Devedores estragos causados	726	726
278109	Outros Devedores	5.224	
278	Outros	4.851	96.564
Total		1.521.869	2.166.549

14. FINANCIAMENTOS OBTIDOS E JUROS SUPORTADOS

A 31 de Dezembro de 2013 e a 31 de Dezembro de 2012, a rubrica de "Financiamentos Obtidos" apresentava a seguinte composição:

Descrição	31 de Dezembro 2013		31 de Dezembro 2012	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Empréstimos Bancários	16.298.905	1.114.635	17.413.731	1.085.951
TOTAL	16.298.905	1.114.635	17.413.731	1.085.951

O valor referente ao empréstimo bancário diz respeito a um contrato de financiamento celebrado em 8 de Junho de 2009, no montante de 25.200.000 euros, cujo vencimento seria Março de 2029.

Decorrente deste contrato de financiamento foi constituída, na mesma data, uma hipoteca voluntária de primeiro grau a favor dos bancos sobre treze terrenos propriedade da Vimágua, pelo montante de 252.415 euros.

Em 2012 foram celebrados dois aditamentos ao contrato de financiamento. O primeiro, celebrado a 12 de Setembro, teve como objetivo o cancelamento de garantias prestadas pelos Municípios, designadamente o penhor financeiro das ações. O segundo aditamento, celebrado a 12 de Dezembro, teve como objetivo antecipar o pagamento dos valores de contrapartida devidos aos Municípios de

Guimarães e Vizela, compensado pela antecipação do final do período de carência de capital para 2013 e garantindo, conforme última revisão do modelo económico-financeiro, o cumprimento dos rácios financeiros e sem pôr em causa a viabilidade da empresa e os pagamentos aos bancos. Decorrente deste segundo aditamento a data de reembolso ou vencimento do empréstimo passou para 15 de setembro de 2026.

O valor dos juros suportados nos períodos em análise é tal como se segue:

Descrição	31 de Dezembro 2013	31 de Dezembro 2012
Juros Suportados	532.055	770.041
Outros gastos	78.836	66.803
TOTAL	610.891	836.844

15. Derivados de Cobertura – taxa de Juro

Descrição	31 de Dezembro 2013		31 de Dezembro 2012	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Derivados de Cobertura – Taxa Juro	2.480.932		2.923.492	
TOTAL	2.480.932		2.923.492	

Relativamente à rubrica de derivados de cobertura, a mesma diz respeito a um contrato de *Swaps* sobre a taxa de juro, celebrado com BPI e CGD em Agosto de 2009.

O valor dos juros suportados nos períodos em análise é tal como se segue:

Descrição	31 de Dezembro 2013	31 de Dezembro 2012
Juros Suportados	571.994	441.703
TOTAL	571.994	441.703

16. FORNECEDORES

A 31 de Dezembro de 2013 e a 31 de Dezembro de 2012, a rubrica de “Fornecedores” apresentava a seguinte composição:

Descrição	31 de Dezembro 2013		31 de Dezembro 2012	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Fornecedores	1.466.235	2.254.353	528.845	2.392.158
TOTAL	1.466.325	2.254.353	528.845	2.392.158

Dos montantes acima identificados o montante relativo à dívida não corrente refere-se a parte do valor a pagar às contrapartidas devidas à Câmara de Guimarães e Câmara de Vizela, conforme descrito no ponto 3.2.

17. OUTRAS CONTAS A PAGAR

A 31 de Dezembro de 2013 e a 31 de Dezembro de 2012, a rubrica de “Outras Contas a Pagar” apresentava a seguinte composição:

Conta	DESCRIÇÃO	31 de Dezembro 2013	31 de Dezembro 2012
231	Remunerações a pagar		770
271	Fornecedores de investimentos	506.515	615.479
272	Devedores e Credores por acréscimos	1.802.664	2.191.497
278104	Devedores-Deposito de Caução	20.615	20.446
2782	Credores Diversos	1.901.617	1.655.511
	Total Corrente	4.231.410,69	4.483.703,37
2788	Ajustamentos em subsídios	3.579.340	3.972.927
	Total Não Corrente	3.579.340	3.972.927

A rubrica “Credores Diversos” é constituída essencialmente por Garantias de Empreitadas no valor de 694.852 € e Cauções de clientes no valor de 665.628 €.

18. DIFERIMENTOS

Diferimentos	31 de Dezembro 2013	31 de Dezembro 2012
Rendimentos a Reconhecer		
Ramais	7.219.968	7.447.778
total	7.219.968	7.447.778

A Rubrica “Ramais” corresponde aos valores pagos pelos clientes relativos a Ramais de água e Saneamento executados pela empresa, cujo reconhecimento é efetuado de acordo com a respetiva taxa de depreciação do ativo.

19. CAPITAL E RESERVAS

19.1 Capital social realizado

A 31 de Dezembro de 2013, o capital social da empresa, no valor de 500.000,00 euros encontrava-se totalmente subscrito e realizado, sendo composto por 500.000 ações valor nominal de 1 euro cada.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 31 de Dezembro de 2012, a estrutura acionista é a seguinte:

Entidades detentoras de capital	31 de Dezembro 2013		31 de Dezembro 2012	
	N.º ações	%	N.º ações	%
Município de Guimarães	450.000	90,00%	450.000	90,00%
Município de Vizela	50.000	10,00%	50.000	10,00%
	500.000		500.000	

19.2 Resultados Transitados

A 31 de Dezembro de 2013 e a 31 de Dezembro de 2012, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

Descrição	31 de Dezembro 2013	31 de Dezembro de 2012
Resultados transitados	2.964.438	4.100.725
Ajustamento de transição	14.494	15.469
Ajustamento de transição impostos diferidos	-846	-1.950
Ajustamento de transição SNC-Reserva de Derivado	1.910.318	2.148.767
TOTAL	4.888.404	6.263.011

Devido aos prejuízos de anos anteriores, os resultados líquidos positivos dos últimos períodos têm de inicialmente cobrir os resultados transitados negativos anteriores pelo que, não se encontram constituídas quaisquer reservas.

19.3 Outras variações de capital próprio

A 31 de Dezembro de 2013 e a 31 de Dezembro de 2012, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

Descrição	31 de Dezembro 2013	31 de Dezembro 2012
Ajustamentos por impostos diferidos	15.787	292.372
Subsídios - Participação Entidades Financiadoras	14.609.552	15.591.306
Impostos Diferidos sub. investimento	-3.579.340	-3.972.928
Doações	25.122	8.021
TOTAL	18.229.801	11.918.771

No período em análise, tal como descrito no ponto 2.3 e 5., esta rubrica foi reexpressa. No período de 2013, a principal variação ocorrida na rubrica decorreu do movimento contabilístico de imputação a rendimentos do período pela quota-parte das depreciações dos ativos fixos tangíveis adquiridos em períodos anteriores, com base no pressuposto de que os subsídios são imputados como rendimento do exercício numa base sistemática durante as vidas úteis dos ativos fixos tangíveis aos quais estão associados:

Descrição	31 de Dezembro 2013	31 de Dezembro 2012
Subsídios – Empreitadas	981.754	982.168
TOTAL	1.695.620	1.673.348

A rubrica *Doações* refere-se a protocolos celebrados com juntas de freguesia relativos a extensões de ramais, nas quais a Vimágua utilizou meios próprios para as reparações e como tal, foram reconhecidos trabalhos para a própria empresa.

20. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado por ação dos períodos findos em 31 de Dezembro de 2013 e em 31 de Dezembro de 2012, e foi determinado conforme se segue:

Descrição	31 de Dezembro 2013	31 de Dezembro 2012
Resultado líquido do período	406.861	555.732
Número de ações em circulação	500.000	500.000
Resultado por ação Básico	0.81	1.11

21. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre o rendimento reconhecido na demonstração dos resultados por naturezas dos períodos findos em 31 de Dezembro de 2013 e 31 de Dezembro de 2012, foi o seguinte:

Descrição	31 de Dezembro de 2013	31 de Dezembro de 2012
Resultado contabilístico do período (antes de impostos)	574.538	822.067
Imposto esperado à taxa nominal	143.634	205.517
Tributação autónoma e derrama	15.476	19.317
Prejuízos acumulados	549.911	985.614
Encargo de Imposto	29.224	19.317
Imposto diferido	138.453	-196.059
Imposto sobre o rendimento do período	167.676	-176.742
Taxa efetiva	5,09%	2,35%

No que diz respeito aos impostos diferidos reconhecidos na demonstração dos resultados no período findo em 31 de Dezembro de 2013, o mesmo é decomposto da seguinte forma:

Descrição	31 de Dezembro 2013
Ativo por impostos diferidos - Reversão de Prejuízos Fiscais	137.478
Ativo por impostos diferidos - Desreconhecimento de Ativos Intangíveis	975
Total	138.453

22. VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

O rédito reconhecido pela Empresa nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2013 e em 31 de Dezembro de 2012, tem a seguinte composição:

Conta	Descrição	31 de Dezembro 2013	31 de Dezembro 2012
711	Mercadorias	17.118	21.400
712	Produtos acabados e intermédios	5.778.072	5.534.401
721	Serviços de exploração Sector Saneamento	6.878.450	6.361.075
722	Serviços de exploração Sector Água	2.939.480	3.848.126
723	Outros serviços	16.416	20.968
725	Serviços secundários	97.319	88.964
	Total	15.726.855	14.874.934

Todas as operações foram realizadas em Mercado Nacional.

23. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A decomposição da rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos”, nos períodos findos a 31 de Dezembro de 2013 e 31 de Dezembro de 2012 é conforme se segue:

Conta	Descrição	31 de Dezembro 2013	31 de Dezembro 2012
621	Subcontratos	4.492.541	3.679.711
6221	Trabalhos Especializados	996.908	933.281
6226	Conservação e reparação	707.776	629.385
622	Outras rubricas de Serviços Especializados	111.250	95.818
623	Materiais	49.747	50.953
6241	Eletricidade	840.052	862.183
624	Outras rubricas de energia e fluidos	124.340	119.518
625	Deslocações estadas e transportes	2.414	1.717
6261	Rendas e alugueres-Contrapartidas	1.399.230	1.877.605
6262	Comunicação	333.502	320.594
626	Outras	106.128	104.478
	Total	9.163.888	8.675.243

24. GASTOS COM PESSOAL

A decomposição da rubrica de “Gastos com pessoal”, nos períodos findos a 31 de Dezembro de 2013 e 31 de Dezembro de 2012 é conforme se segue:

Conta	Descrição	31 de Dezembro 2013	31 de Dezembro 2012
631	Remunerações órgãos sociais	45.373	43.061
632	Remunerações do Pessoal	2.101.392	1.877.610
633	Benefícios pós Emprego	3.571	3.089
635	Encargos Sobre Remunerações	409.894	286.198
636	Seguro acid. trab. doenças prof.	40.595	29.650
638	Outros gastos com o pessoal	37.460	35.599
Total		2.638.285	2.275.207

Todas as remunerações aos órgãos sociais foram pagas em dinheiro, não existindo quaisquer obrigações legais ou construtivas que estipulem benefícios pós-emprego, benefícios por cessão de emprego ou outros pagamentos.

A Administração foi considerada, de acordo com a NCRF 5, como sendo os únicos elementos “chave” da gestão da Vimágua. Foram atribuídas à Administração, no decorrer do período de 2013, remunerações relacionadas com o exercício das suas funções no montante de 45.373 euros.

A rubrica de benefícios pós emprego refere-se ao primeiro mês de aposentação do funcionário, enquanto a sua pensão não é paga pela Caixa Geral de Aposentações.

Os outros gastos com pessoal englobam, nomeadamente, formação profissional, vestuário, consultas e exames médicos.

O número médio de empregados ao longo do exercício de 2013 e o número de empregados no final deste período foi de:

Descrição	31 de Dezembro 2013	31 Dezembro de 2012
Número médio de empregados	158	160
Número de empregados no final do período	158	160

25. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

A decomposição da rubrica de “Outros rendimentos e ganhos”, nos períodos findos a 31 de Dezembro de 2013 e 31 de Dezembro de 2012 é conforme se segue:

Conta	Descrição	31 de Dezembro de 2013	31 de Dezembro 2012
782	Descontos de Ponto Pag. Obtidos		5
788	Outros	1.749.040	1.743,346
Total		1.749.040	1.743.351

A conta 788 inclui o montante de 981.754 euro referente à imputação a rendimentos do período do valor dos subsídios para investimento e o montante de 713.866 euro referente à imputação a rendimentos do período do valor faturado a título dos ramais de água e saneamento. Esta imputação é feita na proporção das depreciações dos bens ativos fixos tangíveis subjacentes. A conta 788 inclui, ainda, valores referentes a juros mora no montante de 20.398 euro.

26. OUTROS GASTOS E PERDAS

A decomposição da rubrica de "Outros gastos e perdas", nos períodos findos a 31 de Dezembro 2013 e 31 de Dezembro de 2012 é conforme se segue:

Conta	Descrição	31 de Dezembro 2013	31 de Dezembro 2012
681	Impostos	51.057	62.858
683	Dividas Incobráveis	11.855	8.590
688	Outros	117.750	165.726
Total		180.662	237.174

A conta 688 inclui essencialmente o valor de 61.739 euro referente à insuficiência de estimativa de imposto.

27. MATÉRIAS AMBIENTAIS

Uma vez que os valores relacionados com matérias ambientais despendidos pela empresa, não são relevantes não foram efetuados quaisquer registos específicos.

Em termos de política ambiental, a Empresa pretende ter coberto e dominado todos os aspetos da conformidade legal, tendo assumido compromissos em termos de melhoria continuada de desempenho ambiental em que se destaca:

- . Prevenção da poluição
- . Cumprimento da legislação

- . Comunicação e divulgação a todas as partes interessadas da política ambiental da Empresa
- . Formação e sensibilização dos trabalhadores
- . Análise dos impactes ambientais derivados da atividade da Empresa

28. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E GARANTIAS PRESTADAS

28.1 PROVISÕES

Em 2013 a Vimágua reconheceu provisões no valor de 87.631 relativas a processos judiciais em curso, que de acordo com opinião de advogados da Empresa poderão implicar pagamentos futuros.

Foi revertida a provisão referente ao processo 266/06.02 BEBRG no montante de 7.209, uma vez que se chegou a acordo e findou o processo, tendo sido paga a verba de 750.

28.2 PASSIVOS CONTINGENTES

A 31 de Dezembro de 2013, para além dos processos reconhecidos acima, a Empresa não tinha outros processos em curso que possam ser avaliados como passivos contingentes.

28.3 GARANTIAS

Garantias a favor do Instituto de Estradas de Portugal, EPE, na Caixa Geral de Depósitos:

Numero	Valor
9015003405793	50.000
9015003842793	250.000
63 Garantias a 5.000.00 euros cada	315.000
2 Garantias a 1.000.000 euros cada	2.000.00
2 Garantias a 1.040.00 euros cada	2.080.00
2 Garantias a 1.430.00 euros cada	2.860.00
1 Garantia a 1.170.00 euros cada	1.170.00
1 Garantia a 1.350,00 euros cada	1.350.00
1 Garantia a 2.340.00 euros cada	2.340.00

Garantias a favor da ARH (Administração da Região Hidrográfica do Norte, I.P), na Caixa Geral de Depósitos:

Numero	Valor
9015007146793	1.000

29. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Das informações legalmente exigidas noutros diplomas, designadamente nos artigos 66.º, 66º-A, 324.º e 397.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC) e das disposições referidas nos Decreto-Lei nº 411/91, de 17 de Outubro, Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de Novembro importa referir que:

- a) Em obediência ao disposto no n.º 2, do artigo 324.º do CSC, informa-se que a Vimágua, não possui quaisquer ações próprias e nem efetuou até ao momento qualquer negócio que envolvesse títulos desta natureza;
- b) Em obediência ao disposto no n.º 4 do artigo 397.º do CSC, informa-se que, no decorrer de 2013, não foram efetuados quaisquer negócios entre a Vimágua e membros dos seus órgãos;
- c) Em obediência ao disposto no artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a Vimágua não é devedora em mora a qualquer caixa de previdência, resultando os saldos contabilizados em 31 de Dezembro de 2013, da retenção na fonte dos descontos e contribuições referentes ao mês de dezembro, cujo pagamento se efetuou em Janeiro de 2014, nos prazos legais;
- d) Nos termos do Decreto-Lei n.º 534/80 de 7/11, informa-se que em 31 de Dezembro de 2013 não existem dívidas em mora ao Estado e Trabalhadores;
- e) Conforme o disposto no n.º 1, alínea b) do artigo 66.º-A do CSC, os honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas durante o ano de 2012 e no período de 2013 foram respetivamente de 12.000 Euro e dizem respeito exclusivamente à revisão legal das contas.

30. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DA DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

Não ocorreram factos relevantes após o termo do período até à data.

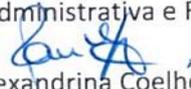
31. DATA DE AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO

As demonstrações financeiras do período findo em 31 de Dezembro 2013 foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 28 de Março de 2014.

Técnica Oficial de Contas:


▪ Eva Maria Ferreira Salgado

Direção Administrativa e Financeira:


▪ Paula Alexandrina Coelho Fernandes

Conselho de Administração:

▪ Armindo José Ferreira da Costa e
Silva

▪ Dora Fernanda da Cunha Pereira
Gaspar

▪ Octávio Manuel Novais Pereira
dos Santos

